

Debate Sindical

Nº 12 — SETEMBRO/ OUTUBRO/ NOVENBRO — Cr\$ 12.000,00

CUT VAI À LUTA PELO FIM DO GOVERNO COLLOR

★ A triste
experiência do
neoliberalismo
na Inglaterra

★ A força
dos condutores
de ônibus
de São Paulo

★ Homenagem
aos 75 anos
da histórica
greve geral de 17



ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** Plenária nacional dá novo impulso à ação política da CUT
- 8** A urgência do "Fora Collor" e as manobras da elite
- 11** As tramas da burguesia no Congresso Nacional
- 15** Os efeitos nefastos do neoliberalismo na Inglaterra
- 20** A crise econômica dos EUA e a vingança imperialista
- 26** A ECO-92 e as polêmicas sobre a luta ecológica
- 32** A força dos condutores de ônibus de São Paulo
- 39** Os reflexos da greve de 17 no movimento operário

Debate Sindical

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES). **Sede:** Rua Pirapitingui, 12, CEP 01508, Liberdade, São Paulo - SP, Fone: (011) 270-7702

Colaboram nesta edição:

João Batista Lemos
José Reinaldo de Carvalho
Juarez Tadeu
Dilermano Toni
Vanessa Meriqui
Ary Costa Pinto
Augusto Cesar Buonicore
Elias Ferreira
Dennis de Oliveira
Altamiro Borges

Revisão:
Flávio Vilar

Ilustrações e fotos:
Arquivos do Sintaema e do jornal "A Classe Operária"

Capa:
Arnaldo Tateischi

Foto da capa:
Jailton Garcia

Editoração Eletrônica:
Sandra Luiz Alves-Tel.: 270-6285

Fotolito:
Ajato Reproduções e Artes Gráficas Ltda.
Fone: 279-7274

Impressão e acabamento:
Cartgráfica Ltda.

Tiragem da edição:
3.000 exemplares

Jornalista responsável:
Altamiro Borges

Observação
Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da diretoria do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Companheiro(a) sindicalista

A CPI divulga o relatório final sobre os escândalos de corrupção envolvendo o presidente da República. O povo retorna às ruas, em manifestações cada vez mais frequentes e massivas, para exigir o fim imediato do governo Collor. O processo de *impeachment* é acionado, tendo como base farta documentação comprovando que o Palácio de Planalto virou uma "pocilga". As eleições municipais se transformam num plebiscito para julgar as consequências do projeto neoliberal e a corrupção que contamina as classes dominantes.

Este é o cenário que se desenha para o próximo período e que promete apimentar a vida política nacional. Num quadro como este, que pode abrir brechas para um novo ascenso da luta dos trabalhadores, o movimento sindical pode ocupar um papel de destaque. A CUT, que finalmente se sintoniza com a realidade, já decidiu investir toda a sua estrutura e autoridade na mobilização popular contra governo e o seu projeto neoliberal.

O jogo, entretanto, não está definido. Se depender das classes dominantes, o quadro brasileiro não será alterado na essência. As elites podem até rifar o atual ocupante do Planalto, mas farão de tudo para que a orientação econômica neoliberal seja mantida. A exemplo de outros tristes momentos da nossa história, elas operam no sentido de um novo ajuste por cima, que "mude tudo para não mudar nada".

Caberá ao movimento sindical, superando o economicismo, a defensiva e o visgo rotineiro, evitar esta nova manobra das elites. Junto com outros setores avançados da sociedade, deverá deixar claro que a atual crise não é uma simples questão moral, ética. Afinal, a corrupção faz parte da própria lógica capitalista — não é excessão, mas a regra.

O que está em questão é a política econômica das classes dominantes, aplicada hoje por Collor, que joga os trabalhadores na miséria, na recessão e no desemprego e submete a nação aos monopólios estrangeiros. Apear Collor do poder - o que é o principal objetivo tático do momento - significa também golpear está política. Fortalece a nossa luta por objetivos maiores. Por tudo isto, "Fora Collor e abaixo o projeto neoliberal".

Leandro Schilpake



Cerca de 300 delegados de todo o país participaram da 5ª Plenária Nacional

Luta pelo fim do governo Collor dá novo impulso à CUT

Altamiro Borges *

Após um período de certa parálisa e crise interna, a Central Única dos Trabalhadores decidiu empenhar todos os seus esforços na mobilização popular pelo fim do governo Collor. A resolução, aprovada em clima de unidade na sua recente plenária nacional, pode fazer com que a CUT reocupe o seu papel de destaque no cenário político nacional. As manifestações de rua do início de agosto, pelo *impeachment* para o presidente, sinalizam neste rumo.

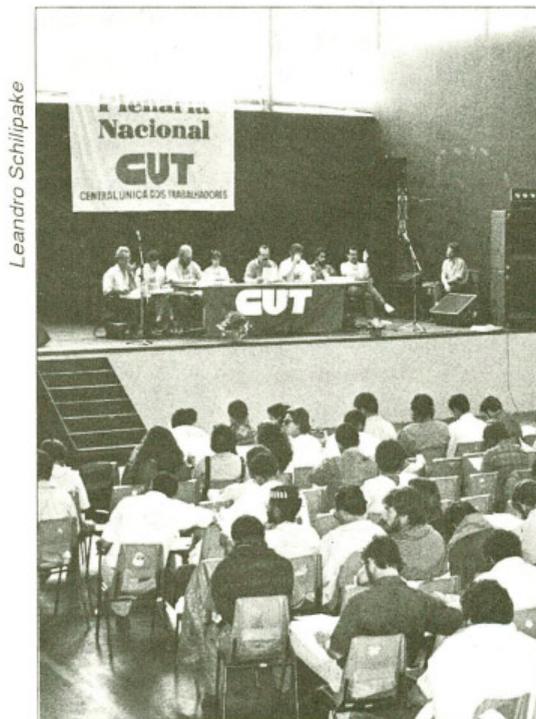
O temário da 5ª Plenária Nacional da CUT, ocorrida entre os dias 15 e 17 de julho, no Centro dos Bancários de São Paulo, era bastante vasto, mas a questão da complexa conjuntura política predominou nas discussões. Em certo sentido, pode-se dizer que o profundo desgaste do atual ocupante do Palácio do Planalto contribuiu para unificar as correntes internas da central e para lançá-la à ação prática. Bem diferente do 4º Concut, que terminou em agressões físicas e teve até coro de "racha, racha", esta plenária deu novo folego à entidade.

Evidente que as divergências de concepção no interior da CUT não foram superadas. Nem os extremos estão mais flexíveis. A *Articulação*, tendência majoritária da central, continua a defender a priorização da luta institucional e dos fóruns tripartites (governo, empresários e trabalhadores). Algumas expressões, como imperialismo e socialismo, parecem que foram riscadas do seu dicionário. Para emplacar esta política, de viés social-democrata, mantém posturas hegemônicas, de rolo compressor — o que se torna mais transparente nas acirradas disputas regionais e nas conversas de bastidores.

Já alguns grupos mais à "esquerda", como a *Convergência Socialista*, insistem na polarização ideológica no interior da CUT. Sem tato político, colocam a Articulação como a principal inimiga do movimento operário e acabam jogando água no moinho da divisão. Expurgadas do PT, procuram se apresentar como alternativa político-partidária. O mesmo sectarismo se manifesta nas proposições táticas sobre a atual conjuntura. Sem levar em conta a correlação de forças real na sociedade, propõem "Fora Collor", "Fora Itamar", "abaixo a CPI", "eleições gerais" e "por um governo dos trabalhadores". O caminho para atingir esta meta, segundo um de seus oradores, seria o de um "radical" abaixo-assinado.

Clima de diálogo ressurgiu e é aprovado um plano de luta que revitaliza a central

Felizmente, estes extremos não empolgaram a plenária nacional. A própria Articulação, que resistia a empunhar a bandeira do "Fora Co-



Tranquilidade volta ao fórum da CUT

llor" e só vislumbrava a sucessão presidencial de 94, teve que se dobrar aos fatos. Sem assumir esta palavra-de-ordem, passou a defender o seu conteúdo — com a proposta do "fim do governo Collor". Esta evolução permitiu que a plenária fosse concluída em clima de unidade e que se aprovasse um plano de ação para mobilizar os trabalhadores na luta contra a corrupção e a política neoliberal do governo federal.

Desta forma, a CUT, que é a maior referência de luta dos brasileiros e é a única central em condições de peitar a política governamental, saiu armada para enfrentar os desafios da atual conjuntura. Além disso, e o que é muito importante, a plenária permitiu que o clima de tolerância fosse restabelecido no interior da central. Não ocorreram provocações sérias e a discussão se deu num nível mais maduro, com maior respeito à democracia e as divergências internas. O grito de guerra, "CUT, CUT", voltou a ser gritado com empolgação.

O documento político aprovado na 5ª Plenária foi previamente elaborado pelo conjunto das tendências cutistas. Só depois, para espanto de todos, a Convergência Socialista decidiu não aboná-lo. Ele fixa os eixos centrais da jornada nacional de luta que a CUT encaminhará: "Basta de corrupção, CPI pra valer, impeachment já e pelo fim do governo Collor". O docu-

mento também condena o projeto neoliberal, denúncia os graves efeitos do novo acordo da dívida firmado pelo governo e reafirma a bandeira do não pagamento da dívida externa.

Já o plano de lutas fixa a realização de manifestações pelo fim imediato do governo Collor em todo o país, em conjunto com outras entidades democráticas e populares da sociedade civil e partidos de oposição. Ele também determina que a central deve integrar o "Comitê pela Ética na Política" e realizar um plebiscito nacional sobre o impeachment. Quanto às eleições municipais de outubro próximo, orienta as entidades filiadas para que promovam debates para desmascarar o projeto da direita e seus candidatos.

**Correntes cutistas avaliam
o resultado da plenária e
os prováveis desdobramentos**

A avaliação positiva da recente plenária da CUT é corroborada pela maioria dos principais protagonistas da central. "Depois do desastre do 4º Concut, parece que nós aprendemos a conviver melhor", comenta Jair Meneguelli, presidente da CUT. Para ele, "as resoluções da plenária possibilitam que a gente assuma uma única tarefa: a de derrotar o projeto neoliberal, tirando Collor do poder". Integrante da Articulação, Meneguelli avalia que só agora foi possível assumir a bandeira política do fim do governo Collor. "A conjuntura mudou e nós não podemos ter medo de rever posições, de avançar nas nossas propostas".

Sérgio Barroso, secretário de imprensa da CUT e dirigente da Corrente Sindical Classista, também acredita que agora a central está mais preparada para cumprir o seu papel na sociedade. "O desgaste do Collor, atolado em corrupção, e o desastre de sua política econômica ajudaram a colocar a nossa central nos trilhos. Agora é preciso investir pesado na mobilização popular. Do contrário, o *impeachment* não é aprovado e as elites manobram por uma saída conservadora".

Para ele, que participou de toda a costura da resolução política da plenária, ainda é cedo para comemorar a unidade da central. "A plenária serviu, ao menos, para adiar as divergências. Ela também negou a idéia artificial dos blocos permanentes de alianças, o que permite maior flexibilidade nas discussões internas.

Mas as contradições ainda são profundas e será necessário um grande esforço e muita habilidade para garantir a coesão da CUT, o que é fundamental para o avanço da luta dos trabalhadores brasileiros".

Outro sindicalista que saiu otimista da plenária de julho foi Durval de Carvalho, secretário de política sindical da entidade e membro da corrente CUT pela Base. Apesar da proposta de "eleições gerais", apoiada também por sua tendência, ter sido rejeitada, Durval avalia que o importante é decisão de ir às ruas para derrubar Collor. "Esta é a questão principal, a que unifica os cutistas a nível nacional, o restante é decorrência da nossa capacidade de mobilização dos trabalhadores. O centro da nossa tática é o fim do governo Collor. As eleições gerais poderão ser o desdobramento".

Esta visão mais ampla, entretanto, não é compartilhada pelos dirigentes da Convergência Socialista. Segundo José Maria de Almeida, presidente da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, "o eixo aprovado na plenária está errado. A CUT deposita suas esperanças nas apurações da CPI, que é um órgão de uma instituição burguesa. A própria exigência do impeachment é equivocada, porque significa a posse do vice-presidente". Ciro Garcia opina no mesmo rumo. "O correto seria aprovar o 'Fora Collor' e as antecipações das eleições gerais. Mas se votou uma resolução que significa o apoio às instituições e que reflete a postura domesticada, conciliatória, da Articulação".

Em decorrência desta posição, a CS é a única corrente que nega em bloco as deliberações da plenária de julho sobre a questão política. A opinião de Oswaldo Martines D'Andrade, dirigente de uma outra tendência trotsquistas, *O Trabalho*, é a que melhor reflete este isolamento da Convergência Socialista. "É indiscutível que a CUT saiu da plenária com uma posição mais avançada. A questão central do momento é a luta pelo fim do governo Collor. Se vai ser através do impeachment, da renúncia ou das eleições gerais, isto só a mobilização de massas é que vai indicar. E a resolução aponta no rumo da luta".

**A política internacional
e a decisão de pedir o
ingresso da CUT na Ciosl**

Se no ponto sobre a conjuntura houve um certo avanço na unidade das correntes cutistas,

o mesmo não ocorreu no item sobre a filiação internacional da CUT - outro assunto aguardado com muita ansiedade. Aqui vingou a proposta da Articulação do pedido de ingresso na Ciosl - Confederação Internacional das Organizações Sindicais "Livres". Por 176 votos a favor, 106 contra e uma abstenção, a proposta foi aprovada.

Apenas a tendência majoritária e alguns satélites, com a Unidade Sindical (PPS), defenderam a filiação à Ciosl. As várias forças contrárias a esta decisão também questionaram o fato de um tema de tamanho calibre ser votado numa plenária e não no congresso, que é a instância máxima de decisão da central. Esta crítica foi agravada pela distorção evidente da correlação de forças no evento de julho.

No 4º Concut, em setembro passado, a Articulação detinha cerca de 50% dos delegados e estava dividida neste ponto - por isso optou por adiar a decisão. Já na 5ª Plenária, a mesma corrente — que não teve grande crescimento neste curto período - teve aproximadamente 66% da representação. Para isto, contou com vários delegados natos - como os representantes das instâncias verticais e os membros da Executiva da central. Esta distorção garantiu a filiação à Ciosl.

Apesar destes questionamentos, também houve um pequeno avanço neste terreno. Foi elaborado previamente um documento mais unitário tratando das relações internacionais da CUT. Desta forma, ocorreram duas votações na plenária. Primeiro do documento mais abrangente, aprovado pela maioria das correntes. Depois, da filiação à Ciosl. Em certo sentido, o documento inclusive entra em choque com a política da central internacional.

Ele defende a solidariedade à Cuba, prega a superação do capitalismo, crítica a "exploração dos países pobres pelos ricos", entre outros itens - todos rejeitados pela Ciosl. O "documento internacional" também fala em preservar as relações bilaterais com as centrais progressistas de todo o mundo - mesmo as não filiadas à Ciosl. O contraste é tão visível que, logo após a aprovação da filiação internacional, os participantes passaram a gritar "Cuba, Cuba" e "abaixo o imperialismo e viva o socialismo".

A nova estrutura vertical da entidade e a questão das mudanças estatutárias

Já na questão organizativa, que foi menos polêmica, a plenária aprovou a nova estrutura vertical da CUT - com a formação das confederações e federações por ramos de atividade econômica e o fim dos antigos departamentos. O objetivo é dar maior representatividade a estas instâncias, possibilitando a unificação das lutas das várias categorias e garantindo o status de negociadores nos acordos coletivos. Estas entidades verticais farão parte da estrutura orgânica da central, como forma de se evitar o perigo do corporativismo. Também foi aprovado um projeto de organização nos locais de trabalho (OLTs) e de democratização das instâncias verticais cutistas.

No ponto sobre questões estatutárias ocorreram poucas mudanças. Um importante avanço foi a definição de que as assembleias para tirada de delegados aos fóruns da CUT deverão adotar o critério da proporcionalidade - o que permite um clima de maior unidade na central. Já na questão das chapas cutistas para as eleições sindicais, a Articulação rejeitou a idéia de que elas sejam compostas a partir de processos unitários, como prévias, convenções e outros mecanismos. Isto evitaria os rachas e atritos no campo da CUT, que só fortalecem o patronato e a direita no movimento sindical. Neste ponto, vingou mais uma vez o espírito exclusivistas da corrente majoritária.

Por último, o debate sobre a questão das cotas de mulheres nas várias instâncias de direção da central esquentou a plenária. O ponto foi tão polêmico que levou a cisão de várias correntes cutistas, como a Articulação e a CUT pela Base. Apesar da cota ter sido derrotada na votação, a proposta teve o grande mérito de ativar a discussão sobre um assunto de enorme relevo para a luta dos trabalhadores. Ficou acertado que a próxima plenária, em 93, retomará o debate.

* Jornalista.
Presidente do
Centro de
Estudos
Sindicais (CES)

Só a mobilização popular pode derrubar Collor e evitar manobras da elite

João Batista Lemos *

Em países como o Brasil, engolfado há anos numa crise estrutural para a qual não há saída senão a ruptura radical com o atual sistema, nunca dá para prever antecipadamente quais fatos podem desencadear conflitos políticos e acelerar a marcha da história. A penosa experiência republicana ensina que muitas vezes episódios aparentemente insignificantes detonam graves crises de poder.

A raiz da crise política do governo Collor se encontra na implementação do projeto neoliberal, que divide toda a sociedade, inclusive as classes dominantes com os seus interesses contraditórios e até mesmo setores de esquerda que defendem a internacionalização da economia, subordinando os interesses nacionais às orientações imperialistas.

Muito cedo o governo Collor deu mostras de esgotamento, de incapacidade para solucionar os problemas do país. Ele se incompatibilizou com a nação e com o povo à medida que punha em prática seu plano de entrega da nação ao capital estrangeiro, às custas da degradação so-

cial, dos recordes da recessão e desemprego. Somente em São Paulo, sua política já gerou 1.240.000 demissões. A inflação, escamoteada, não sai da casa dos 20%.

Por isso, com muita propriedade, as forças mais lúcidas que atuam no cenário político nacional, as correntes mais ligadas aos anseios fundamentais dos trabalhadores, levantaram desde o ano passado a bandeira "Fora Collor". Não se tratava de impetuoso rompante da esquerda mais conseqüente, muito menos a palavra-de-ordem tinha efeito meramente agitativo. Ela expressava, como expressa, sinteticamente, a revolta latente do povo brasi-

leiro, a consciência de que o país se assemelha a uma nau à deriva, que para aportar em algum lugar seguro precisa contornar e remover os obstáculos que têm pela frente.

Em poucos meses de governo, ficou patente que esses obstáculos consistiam na política antinacional e antipopular do governo Collor. Por isso, se os trabalhadores brasileiros querem de fato romper com o atual estado de coisas e descortinar melhores dias para o país têm que superar o corporativismo e economicismo. Há que começar apeando Collor do governo.

**Bandeira do "Fora Collor"
se transforma numa
unanimidade nacional**

Agora, o que estava evidente para os trabalhadores de vanguarda e mais conscientes, torna-se quase uma unanimidade nacional. A nação brasileira, estarrecida e indignada, tomou conhecimento de que é governada por um grupo de larápios, gente sequiosa de enriquecer, ainda que para isso tenha que cometer atos ilícitos e enfiar a mão nos cofres públicos. As denúncias de corrupção foram avolumando-se com o passar do tempo. Casos como os que envolveram os ex-ministros Magri e Alceney, a primeira-dama e muitos outros revelados no Congresso Nacional e na imprensa, foram colocando em evidência que a lama da corrupção invadiu Brasília.

Nas últimas semanas, as revelações do próprio irmão do presidente da República e a avalanche de denúncias de corrupção mostraram ao povo que os focos de irradiação da pestilência não estavam propriamente nesse ou naquele gabinete ministerial, mas no Palácio do Planalto e na "Casa da Dinda", implicando diretamente a figura do presidente da República, que é a cara e semelhança das classes dominantes no poder.

A CPI instalada no Congresso Nacional, após muita relutância dos representantes das elites empresariais, tomou conhecimento de fatos que não deixam a menor margem a dúvida de que o presidente da República é sócio do famigerado PC Farias. Com ele divide os resultados das indecorosas traficâncias feita com dinheiro público — ficando, segundo seu próprio irmão, com 70% do produto roubado. PC Farias paga as contas da "Casa da Dinda" e salda os cartões de crédito da "primeira dama". É o testa-de-ferro de Collor!

Diante de tais evidências, amplos setores políticos e sociais passaram a defender a tese do *impeachment* ou da renúncia e a pregar a saída constitucional, com a posse do vice-presidente, Itamar Franco. Politicamente isolado, desmoralizado perante a opinião pública e desacreditado na comunidade internacional, Collor faz manobras desesperadas. Dois discursos desastrosos, pronunciados em rede nacional de rádio e televisão, mostraram ao povo que Collor não só está envolvido nas roubalheiras de PC, como mente sem cerimônia.

Jailton Garcia



Ato pelo fim do governo Collor reúne mais de 10 mil pessoas na praça da Sé em São Paulo

Presidente se aferra ao poder e elites tramam manobras nos bastidores

Agora, diante do repúdio às suas atitudes, o presidente tenta passar a ofensiva, simulando segurança e firmeza. Da defesa ao ataque, mas sem cuidar do meio-de-campo, Collor abre os cofres públicos para corromper parlamentares e evitar a aprovação do impeachment. Ele saca do seu mal alinhavado dicionário político expressões agressivas contra a "conspiração do sindicato do golpe", tentando intimidar a oposição.

Diante da urgência de encontrar soluções para a crise de poder, as elites promovem articulações para que, na hipótese cada vez mais factível do afastamento de Collor, sejam mantidas as linhas mestras da sua orientação antinacional e antipopular. É este o sentido do banquete promovido pelo empresariado de São Paulo em homenagem ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e da exigência de que, em caso de substituição do presidente pelo vice, Marcílio continue dando as cartas na área econômica.

Para os trabalhadores, a saída constitucional para a renúncia ou o *impeachment* do presidente, com a posse do vice, não pode representar continuidade. Ele expressa apenas uma tática diante da atual correlação de forças. O afastamento de Collor não deve significar, do ponto de vista dos interesses nacionais e dos trabalhadores, um mero rearranjo de grupos conservadores no poder. O resultado positivo que se pode esperar do afastamento de Collor é a instalação de um governo que altere os rumos que o país vem percorrendo atualmente. E isto só será conseguido se for dado um basta ao entreguismo e a política recessiva e de esfomeamento do povo brasileiro.

O acordo anunciado há dias entre o Brasil e os bancos credores, sob o comando da dupla Collor-Marcílio, é um indicador disso. O governo apresenta tal acordo como uma grande vitória política e econômica. Mas, no fundamental, a soberania nacional fica ainda mais comprometida. Na verdade, ganharam os ban-

Jaílton Garcia



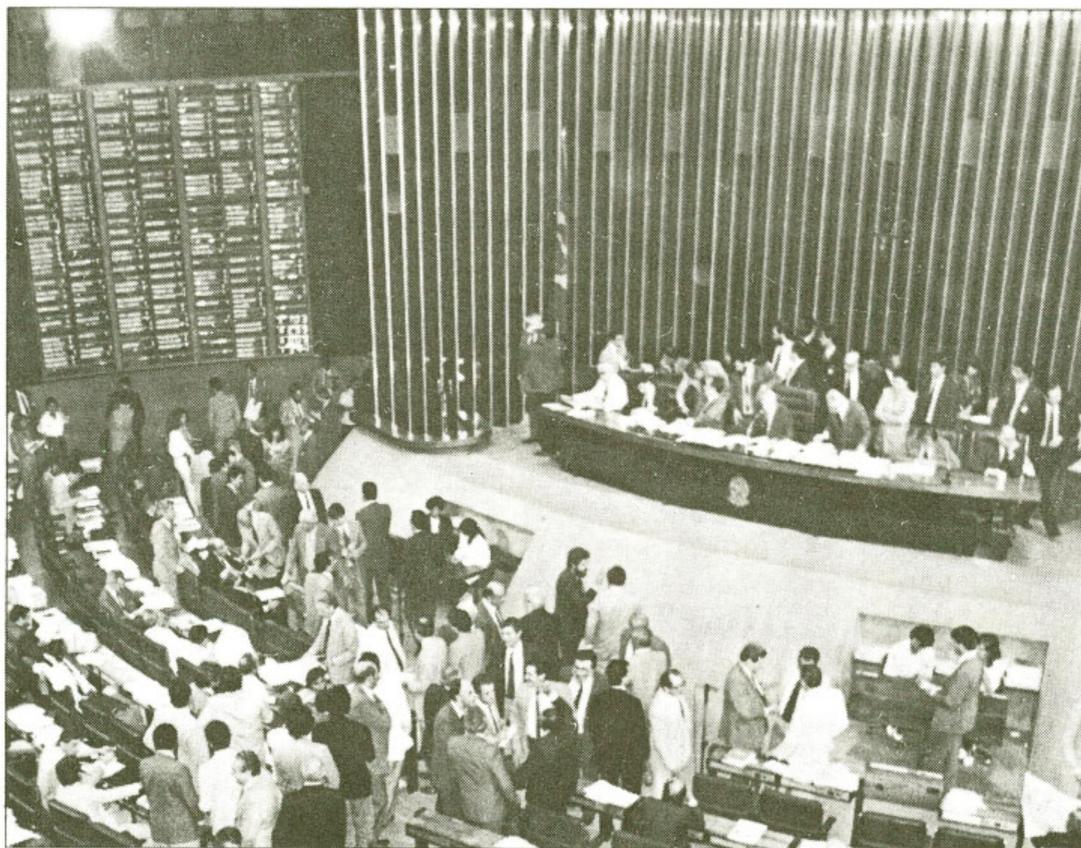
Protesto na Sé: povo nas ruas

queiros. Estes voltarão a receber religiosamente bilhões de dólares como pagamento de juros da dívida externa, o que sem dúvida será feito com o ônus do povo brasileiro.

A contra-ofensiva de Collor e sua determinação de aferrar-se ao poder a todo custo, assim como as manobras políticas de bastidores, mostram que somente um fator possibilitará um desfecho da crise favorável aos interesses do povo e da nação. Este fator determinante é a mobilização popular com a participação efetiva dos trabalhadores organizados. Quando o clamor do povo for escutado nas ruas e praças em tons mais contundentes, a margem de manobras das elites ficará reduzida e a arrogância presidencial poderá ser transformada em pó.

A campanha eleitoral para as prefeituras e câmaras de vereadores será, sem dúvida, um dos momentos privilegiados desta mobilização popular. A importância do pleito deste ano não pode ser menosprezado pelos trabalhadores, que podem transformá-lo num verdadeiro plebiscito nacional anti-Collor.

* Metalúrgico. Diretor do Centro de Estudos Sindicais (CES)



Lobistas e empresários-deputados influenciam votações decisivas em Brasília

Congresso é palco das tramadas da burguesia contra os trabalhadores

Aldo Rebelo *

A desenvoltura dos grupos empresariais junto ao Congresso Nacional pode ser medida pela presença maciça de lobistas na atividade ordinária da instituição e pela ação de mais duas centenas de empresários-deputados agindo em função de seus interesses de classe. A fusão dos interesses econômicos e políticos das classes dominantes fica mais evidente no enfrentamento diário das matérias em pauta no âmbito do Poder Legislativo, como se comprova a seguir.

Quando até as pedras da estrada exigiam a convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias oferecidas por Pedro Collor de Mello contra Paulo César Farias e o seu próprio irmão, o presidente da República, os partidos conservadores rejeitavam a medida sob pretexto de que uma CPI poderia desestabilizar as instituições. Apenas o PCdoB, o PT e o PSB sustentaram desde o início que o Congresso deveria investigar imediatamente as denúncias do irmão caçula de Fernando Collor. Só quando a pressão da sociedade aumentou e as pesquisas informaram que mais de 80% da população eram favoráveis à investigação, é que as correntes de direita e centro mudaram de opinião e passaram a advogar a criação da CPI pelo Congresso.

Mas que tipo de CPI desejavam tanto o governo quanto seus aliados no Congresso? Uma que salvasse o presidente das graves acusações que lhe fazia o próprio irmão e encontrasse um bode expiatório sobre quem caísse a culpa dos males de um governo apodrecido. Ninguém ignorava que toda investigação feita sobre o caso conduziria inevitavelmente ao Presidente da República. Não foi para a campanha de Paulo César Farias que a grande burguesia empilhou dezenas de milhões de dólares, fenômeno que levou o ex-ministro Roberto Cardoso Alves a dizer ao final do segundo turno da eleição presidencial que a campanha de Fernando Collor acumulou mais dinheiro que o Banco Central.

Depois da vitória, o punhado de aventureiros tinha um verdadeiro tesouro pela frente: os cofres abarrotados do tesouro, os contratos milionários do governo e chances de negócios que poderiam encher as burras dos recém-chegados à mina de ouro do poder. Ainda antes da posse de Collor, Paulo César Farias providenciou a compra de uma mansão nas cercanias da casa da Dinda, de onde passou a conduzir, sob a chefia de Collor, o verdadeiro assalto praticado contra a nação. Só estúpidos ou inocentes podem duvidar da responsabilidade direta de Collor nas ações de Paulo César Farias, Pedro Paulo Leoni Ramos e tantos quantos saíram deixando pegadas dos crimes cometidos.

Os trabalhadores e o movimento sindical, vítimas mais do que ninguém desse governo antipopular, não teriam chance melhor de exigir do Congresso Nacional o *impeachment* do Presidente e o julgamento pelos crimes mais do que evidentes praticados com sua cumplicidade.

Deveriam aproveitar ainda para esclarecer os trabalhadores sobre a simbiose perversa entre o grande capital e os políticos corruptos, por ele financiados nas campanhas eleitorais, como tão bem ilustra o caso do atual presidente da República.

Uma reforma fiscal sob encomenda dos credores estrangeiros e do FMI

De repente não mais que de repente, baixou no país o todo-poderoso diretor do Fundo Monetário Internacional, Michel Candessus. Trouxe na bagagem duas exigências: a permanência de Marcilio Marques Moreira no Ministério da Economia e a realização de uma rápida e profunda reforma fiscal para ajustar as contas do Brasil às exigências dos credores. Não deixa de haver uma certa confissão de fracasso na visita do chefe dos banqueiros internacionais. Afinal de contas, o governo Collor aplicou fielmente a receita do FMI, acertada no ano passado, sem que o país conhecesse qualquer progresso na derrubada da inflação, mesmo ao custo social de uma recessão cruel e prolongada.

Em editorial choroso, o jornal "O Estado de S.Paulo" coloca a reforma fiscal "como condição para que a política econômica do governo federal continue a merecer o apoio do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional". E acrescenta o jornalão porta-voz dos banqueiros: "Qualquer embaraço que se coloque à votação da reforma em 1992 será, assim, danoso para as relações do país com a comunidade financeira internacional". É como se o "Estadão" recomendasse que o assaltado não crie embaraços à ação do assaltante.

Provavelmente a reforma fiscal encontre mais embaraços do que sonha o jornal da família Mesquita. Governadores de Estados e prefeitos começam a botar a boca no trombone pois sabem que perderão receita para os cofres do senhor Paulo César Farias, digo, da União, e não aceitam isso de bom grado. A eles naturalmente juntar-se-ão os sonegadores contumazes, a classe média arrochada de impostos e tantos quantos desconfiam de que uma reforma fiscal encomendada pelo FMI só pode ter como obje-

tivo garantir fundos para o pagamento em dia aos credores insaciáveis.

A campanha insidiosa da burguesia para privatizar os portos brasileiros

O Brasil é o terceiro país do mundo em movimento portuário, com 355 milhões de toneladas/ano, perdendo apenas para o Japão (617 milhões de toneladas) e os Estados Unidos (415 milhões de toneladas). A verdadeira fortuna que aí está em jogo move interesses poderosos do grande empresariado ligado ao comércio marítimo, ávidos de aumentar seus lucros e preservar seus privilégios. O governo Collor participa desse jogo enviando ao Congresso o projeto de lei que trata da desregulamentação dos portos, o que significa a privatização dos serviços portuários e a desestruturação das atuais relações de trabalho.

O governo Collor praticamente abandonou o sistema portuário brasileiro à sua própria sorte. Não fez qualquer investimento. Ao contrário, desviou receita do Adicional de Tarifa Portuária (ATP), da ordem de aproximadamente 700 milhões de dólares, para outros fins. No porto de Santos, por exemplo, o governo federal investiu apenas 7% dos recursos previstos.

A grande imprensa conservadora esconde a responsabilidade do governo no sucateamento portuário e, de maneira cínica, procura responsabilizar os trabalhadores pelo caos existente. Na verdade, os trabalhadores dos portos brasileiros pesam muito pouco no custo final da carga transportada e ganham muito menos que trabalhadores de outros países da mesma categoria. Um estivador brasileiro recebe em média 400 dólares mensais contra 3.000 dólares em média dos estivadores norte-americanos.

Lei das Patentes cria reserva de mercado para monopólios estrangeiros

Em maio do ano passado, o governo enviou ao Congresso o projeto de Lei 824/91, que modifica o nosso Código de Propriedade Industrial

e reconhece patentes na área de medicamentos, química fina, alimentação e biotecnologia e ainda aumenta o prazo de validade das patentes de 10 para 20 anos. Os Estados Unidos, particularmente seus poderosos laboratórios farmacêuticos, alegam prejuízos que têm sofrido pelo fato de o Brasil não reconhecer patentes de produtos farmacêuticos.

Em recente artigo traduzido no Brasil pelo jornal "Gazeta Mercantil", uma influente revista norte-americana diz que os Estados Unidos até compreendem que o não reconhecimento de patentes barateia os custos dos remédios no Brasil e alimenta o futuro de uma indústria nacional no setor, mas que isso contraria os interesses, ou seja, os lucros de seus monopólios.

A aprovação da chamada Lei de Patentes, como o governo a enviou ou na forma do substitutivo do deputado Ney Lopes (PFL-RN), significará a desindustrialização do Brasil na área atingida, uma vez que o projeto permite a importação do produto e o pagamento de patentes, sem a obrigatoriedade de sua fabricação no país. A Lei sobre Patentes representa o estabelecimento de um reserva de mercado para os grandes laboratórios dos Estados Unidos e Europa, com graves prejuízos para a saúde da população, para o desenvolvimento de nossa indústria e com riscos para a segurança nacional. Ficariamos dependentes de produtos fabricados em países que poderão suspender seu fornecimento em caso de conflitos de quaisquer natureza com o Brasil.

Como se não bastasse, a recente recusa dos Estados Unidos em assinar o tratado sobre biodiversidade na Conferência Mundial sobre Meio-Ambiente do Rio de Janeiro, mais do que demonstra a ambição desse país em se apropriar do nosso estimável patrimônio genético. Há quem sustente que uma das razões da recusa de Bush reside justamente na possibilidade de aprovação da Lei de Patentes no Brasil, uma vez que ela oferece sem contra-partida aquilo que o acordo sobre biodiversidade de Nairobi assegura com algumas condições.

Finalmente, ao propor o projeto de Lei 824/91, o governo Collor se rende à nova ordem internacional e à divisão internacional do trabalho, que concentra nos países do chamado primeiro mundo os benefícios do desenvolvimento tecnológico e deixa aos países em desenvolvimento um horizonte de atraso, fome e miséria.

**Neoliberalismo representa
restrições à liberdade
política e partidária**

Campeão da "liberdade" ao liderar as manifestações de massa que derrubaram as burocracias agonizantes do Leste Europeu, mais cedo do que se podia esperar a onda neoliberal recua deixando à mostra um cheiro forte de fascismo e de destroços sociais por onde passou. Escolho dessa avalanche, o governo Collor fornece o caldo de cultura ideal para que manifestações anti-democráticas se insinuem no país sob os mais diversos pretextos.

O Congresso Nacional tem sido palco de algumas delas, destacando-se a campanha movida pelo deputado Delfim Netto contra os pequenos partidos. Intérprete de correntes conservadoras do empresariado, o deputado paulista atribuiu à existência de muitos partidos as dificuldades políticas e econômicas vividas pelo Brasil. Para quem dirigiu a economia do país como um czar, quando dominava o país a ditadura do general Médici, não surpreendem tais opiniões.

Além de Delfim Netto e da Fiesp, também o deputado Ulysses Guimarães dá-se ao trabalho de cunhar frases como "farra partidária", e o próprio presidente da Câmara Federal, deputado Ibsen Pinheiro, do PMDB, declara aos jornais ser impossível a estabilidade política, quer no parlamentarismo, quer no presidencialismo, com o grande número de partidos existentes.

A campanha de restrição à liberdade partidária tem como pretexto combater os partidos de aluguel, embora os patrocinadores da campanha saibam muito bem que este expediente sempre foi combatido pelas correntes populares e que a última legenda de aluguel de sucesso foi criada pelo atual presidente da República, usando a máquina do governo de Alagoas alguns meses antes de concorrer ao cargo que ocupa atualmente.

Além disso, jamais foi a existência de muitos partidos, mas o seu contrário — a restrição partidária — a marca registrada das crises e co-

lapsos dos sistemas partidários no Brasil. A monarquia viveu crises sucessivas mesmo só tendo duas grandes correntes das classes dominantes da época — liberais e conservadores — disputando o poder, até serem liquidados pela proclamação da República em 1889.

Com o advento do primeiro período republicano (República Velha), a turma do café com leite (fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais), governou até ser derrubada pelo movimento conhecido como Revolução de 30. Após o período do Estado Novo, PSD e UDN, tendo por perto o PTB, reinaram de 1945 a 1965, quando os partidos foram extintos pelo AI-2 do marechal Castelo Branco. Se poucos partidos fosse a solução do problema, ARENA e MDB resolveriam a questão e não teriam desaparecido por iniciativa do próprio regime militar que os criou.

Aí estão só alguns exemplos de que como a hegemonia de correntes conservadoras não solucionaram os conflitos sociais e políticos, mesmo sem a presença de legendas populares atuando livremente. O que fica exposta, isto sim, é a incapacidade das elites de formar partidos sérios e programáticos e de criar um sistema político-eleitoral estável, que assegure ampla liberdade de organização partidária.

Ao propor a restrição aos pequenos partidos, Collor, os empresários e seus aliados na verdade reafirmam a democracia restritiva e conservadora que marginaliza as massas da vida política da mesma forma que promovem sua marginalização social. Querem uma democracia americana, com partidos que se assemelham mais à pepsi e à coca-cola do que às expressões dos conflitos sociais vividos pelos Estados Unidos. Que Los Angeles lhes sirva de advertência.

Os operários da cidade e do campo e as correntes verdadeiramente democráticas defendem a ampla liberdade partidária, a democratização profunda da sociedade, que crie condições para a ascensão ao poder de novas classes e camadas sociais comprometidas efetivamente com a liberdade, o progresso social e a independência do país.

* Jornalista e líder da bancada do PC do B na Câmara Federal

A experiência inglesa e os efeitos nefastos do projeto neoliberal

Juarez Tadeu *

A implantação do projeto neoliberal é incompatível com a democracia e a manutenção dos direitos sociais. Esta é a regra em todos os países que adotaram este modelo. Nas nações dependentes, as medidas antipopulares são mais visíveis e truculentas. Já nos países imperialistas, assumem contornos "civilizados". O artigo a seguir destaca o caso da Inglaterra, um dos berços do neoliberalismo.

A equação do projeto neoliberal segue um raciocínio linear: primeiro, são realizadas profundas mudanças econômicas e iniciam-se as privatizações; segundo, os setores mais organizados e atingidos pelas reformas reagem; terceiro, o governo adota mecanismos de contenção das manifestações e de extinção dos direitos sociais. Num dos extremos, mais conhecido pelos brasileiros, existem as experiências da América Latina. A Venezuela de Carlos Andrés Perés e o Peru de Alberto Fujimori são modelos exemplares. Nos dois países, os governos adotaram medidas de força para implantar reformas antipopulares.

No outro extremo, há a experiência inglesa, "mãe de todas as experiências". Lá, a incisão

cirúrgica seguiu o modelo mais "moderado". A primeira-ministra Margaret Thatcher inaugurou um processo que incluiu "modernização" e repressão — em especial, dos grupos que lutam pela autonomia dos seus países. Agora, o "bastão" foi entregue ao primeiro-ministro John Major.

No ano de 1979, o Partido Conservador assumiu o poder no reino Unido da Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales) e da Irlanda do Norte. A líder do partido, Margaret Thatcher, tornou-se a primeira-ministra do país. Ela instalou-se na Downing Street (residência oficial do primeiro-ministro britânico) e só saiu onze anos depois. Desde então, Thatcher projetou uma imagem internacional, definida por

Mikhail Gorbachev como a "dama de ferro". Nos onze anos em que esteve à frente do governo, ela fez por merecer o apelido.

**Programa de Thatcher
já anunciava a repressão
ao movimento sindical**

Em seu primeiro discurso oficial, Margaret Thatcher apresentou uma síntese do que viria a ser o seu governo e o seu programa político: reduzir o papel do Estado na economia, desenvolvendo um amplo projeto de privatização das empresas ligadas ao governo; ajudar a reerguer as finanças públicas que, segundo Thatcher, estavam exauridas pela política de bem-estar social aplicada pelo governo trabalhista, desalojado do poder; conter rigorosamente as atividades do Exército Republicano Irlandês e dos grupos "terroristas", evitando abalos internos e externos (Malvinas); retomar as iniciativas políticas externas, projetando a Inglaterra como potência mundial e frear o ímpeto do movimento sindical inglês que, segundo Thatcher, era um forte obstáculo para a modernização política e econômica do país.

O governo contava com um importante trunfo: as principais atividades econômicas da Inglaterra estavam concentradas em suas mãos. Ele controlava todas as áreas econômicas onde as atividades sindicais era mais ativas: mineração, siderurgia, ferrovias. Estes setores travaram uma queda de braço permanente com a "dama de ferro" para manter a suas organizações sindicais. Os mais duramente atingidos foram os trabalhadores da mineração, que realizaram uma greve que durou cerca de um ano. Os mineiros tiveram que resistir às pressões econômicas, às calúnias da imprensa sobre o financiamento do movimento, à constante violência policial e às demissões. O movimento se ancorou na vigorosa solidariedade internacional. Mesmo assim, como reconheceram mais tarde os líderes da greve, o sindicalismo inglês saiu "chamuscado" do confronto.

Segundo a Central Sindical Britânica (Trade Union Congress — TUC), o Sindicato dos Mineiros sentiu o duro golpe. Sua estrutura saiu praticamente em "frangalhos" da greve. Um longo trabalho de "reconstrução" foi iniciado.

Os resultados repercutiram por toda estrutura sindical. Num relatório divulgado pelo jornal Financial Times, a TUC informa que perdeu uma média de 30% dos seus filiados nos últimos anos. Nos setores sindicais menos tradicionais, a queda tem sido "insuportável". Segundo o relatório, no setor de serviços "o grau de sindicalização tornou-se muito baixo. Quase crítico". O "Thatcherismo" marcava assim o seu primeiro ponto sobre o movimento sindical britânico.

No início do governo conservador, as privatizações eram periféricas. Elas atingiram setores relativamente pequenos. Seu impacto no conjunto da economia não produziu abalos sérios. Nos primeiros quatro anos, as privatizações geraram ao governo uma receita líquida de 400 milhões de libras, em média, por ano — cerca de 680 milhões de dólares, na cotação da época.

**Privatizações deterioram o
serviço público e aumentam
os lucros dos empresários**

O ponto de inflexão do processo de privatização na Inglaterra deu-se no ano de 1984. A partir dessa data, as privatizações inglesas tornaram-se mais agressivas. Elas contaminam os processos de outros países. Em particular, nos países periféricos. Em 1984, o governo decidiu privatizar a British Telecom — empresa estatal britânica da área de telefonia. Houve muita resistência à venda. Mesmo assim, ela acabou sendo leiloadada por cerca de 3,9 bilhões de libras. Foi a primeira grande empresa a ser transferida para a iniciativa privada. Em 1989, o governo já tinha privatizado 29 grandes empresas e inúmeras de pequeno e médio porte. Nesse período, as privatizações geraram uma receita líquida de 27,5 bilhões de libras esterlinas, cerca de 46,7 bilhões de dólares.

No balanço que o governo Thatcher fez no seu décimo primeiro aniversário, foram divulgados os seguintes números: no início do governo conservador, em 1979, o Estado respondia por 7,8% do Produto Interno Bruto (PIB) e cerca de 15% dos investimentos realizados. Onze anos depois, os números caíram pela metade. Mais: cerca de 800 mil emprega-



dos foram transferidos para o setor privado; o número de acionistas triplicou no país; noventa por cento dos empregados das empresas privatizadas tornaram-se "sócios nos negócios onde trabalhavam". Na época, um eufórico porta-voz do governo disse: "É a realização plena do capitalismo popular prometido no início do governo Thatcher".

Animado com os números, o governo foi ampliando sua política de privatizações. Ele propôs, em dezembro de 89, privatizar todos os serviços de água e esgoto da Inglaterra e do País de Gales. A reação foi grande. Todas as pesquisas de opinião pública indicavam "rejeição absoluta" em tornar "privado e voltado para o lucro o fornecimento de um bem básico como a água". Porém, o governo não vacilou um único instante. Este processo "engordou" os números apresentados um ano depois. No início de 1992, o país já tinha privatizado 42 grandes empresas.

Os professores da London Business School, Matthew Bishop e John Kay, no livro "A Privatização Funciona? Lições da Grã-Bretanha", chegaram às seguintes conclusões: 1) ao vender suas empresas, o governo foi quatro vezes mais generoso com os investidores do que o setor privado. Assim, o governo assegurou ao setor privado "gordos lucros"; 2) em oito empresas privatizadas, ao final de algum tempo, um pequeno grupo de acionistas (cerca de 10%) representava em média mais de 90% do controle

acionário das empresas; 3) houve uma "brutal redução" da eficiência e produtividade das empresas privatizadas; 4) ocorreu acentuada queda na taxa de emprego no setor público; 5) precariedade e reclamação dos serviços privatizados; 6) quem ganhou com as privatizações foram os compradores majoritários das ações — as instituições financeiras que assessoravam o processo e os administradores das empresas. Depois das privatizações, os seus rendimentos mais do que dobraram.

Reforma neoliberal torna a Inglaterra a prima pobre do clube dos países ricos

A reforma econômica realizada na Inglaterra precipitou o país na sua mais longa recessão desde o ano de 1930. Na projeção divulgada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em dezembro de 1991, sobre o desempenho econômico dos sete países mais industrializados, a Inglaterra aparece como a prima pobre no clube dos ricos. Apesar da recessão mundial apontada pelo relatório, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Canadá, Japão e França estavam em melhores condições do que a Inglaterra. A taxa de desemprego projetada para os britânicos era de 9,7%.

A recessão Thatcher/Major produziu o segundo maior declínio da produção da Grã-Bretanha desde a década de 30. A evolução da crise apresenta números consistentes sobre o tamanho da recessão econômica inglesa. O PIB creceu magros 5,5% (a taxa anual de 1,3%), nos quatro anos desde o segundo trimestre de 1987. A inflação dos preços no varejo — menos os juros hipotecários — foi de 3,5% nos doze meses até junho de 1987, mas chegou a 6,2% nos doze meses até agosto de 1991. Segundo comentário do ex-ministro das Finanças da Inglaterra, Nigel Lawson, a inflação é "o juiz e juri" da política econômica dos governos.

A renda pessoal média (renda per capita) subiu à taxa implícita de 7,75% nos doze meses até junho e em 7,5% nos doze meses de julho de 1991. Ela apresentou nesses período uma ligeira queda. O desemprego — em 1987 — atingia 2,9 milhões de trabalhadores britânicos. Em agosto de 1991, o número sofre uma alteração: cravou 2,4 milhões. Depois voltou a crescer. Em maio de 1992, o número de desempregados na Inglaterra foi de 2,7 milhões. Num único mês, julho de 1991, foram demitidos 67.800 trabalhadores, segundo números da TUC.

O Produto Interno Bruto (PIB) despencou 3,7%, no agregado do quarto trimestre de 1991. Entre o segundo trimestre de 1979 — posse do governo conservador de Margaret Thatcher — e o trimestre final de 1980, o PIB registrou uma queda de 6,7%. A atual recessão tem características que se distinguem das anteriores. Na de 1979/80, a produção industrial caiu 17,4%. Na de 1974/75, a queda foi de 11,8%. Na atual, a produção industrial recuou "apenas" 6,6%, de seu pico de produção no segundo trimestre de 1990.

A recessão abalou a confiança dos empresários na capacidade do governo contornar a situação crítica. No final de 1991, o jornal londrino Financial Times realizou uma pesquisa com 23 centros empresariais privados, acadêmicos e independentes do país. O resultado mostrou que apenas três desses centros concordavam com as projeções feitas pelo governo para o ano de 1992 de crescimento de 2,3% do PIB. Em média, eles previam 1,7% de crescimento e um aumento de 2,3 milhões para 2,7 milhões de desempregados. Não estavam tão errados. A Ford britânica demitiu 2,1 mil empregados numa só tacada. Seguindo a reorien-

tação mundial da empresa, a direção da Ford alegou que as demissões foram motivadas pelo aumento dos gastos salariais, decorrentes do acordo salarial negociado com o sindicato.

**Burguesia investe contra
antigos direitos sociais
dos operários britânicos**

O desemprego crescente empurra os trabalhadores para a assistência do Estado. O aumento do "seguro-desemprego" inglês cresceu "vertiginosamente", ao ponto de despertar a atenção dos conservadores. Para muitos, esse benefício já entrou na "alça de mira" dos governistas. "O direito ilimitado ao seguro-desemprego é má política. Ele impede a concorrência séria da mão-de-obra no mercado de trabalho ... Isso implica em abandonar todas as leis de salários mínimos, já que elas impedem os desempregados de entrar no mercado ... Também implica em reduzir o poder dos sindicatos, para que os funcionários sindicalizados (e seus salários) não sejam protegidos à custa dos que aceitariam trabalhar por menor salário".

Estas são as conclusões do livro que está encantando os conservadores britânicos — "Desemprego, Desempenho Macroeconômico e o Mercado de Trabalho", de Richard Layard e Richard Jackman, da London School of Economics, e Stephen Nickell, da Universidade de Oxford. Os autores do livro conseguem reproduzir a essência do pensamento conservador inglês para, segundo eles, combater o desemprego e os sindicatos. Margaret Thatcher teria assinado embaixo.

Quando renunciou, no dia 22 de novembro de 1990, a primeira ministra já tinha imprimido sua digital na política do Partido Conservador britânico. Sua renúncia deu-se pela conjugação de três fatores: o agravamento da crise econômica, as divisões internas do partido e a introdução do imposto per capita (poll tax). Com ele, as famílias de renda média e abaixo da média ficaram em pior situação com a reforma tributária. Enquanto isso, os benefícios ficavam concentrados entre as famílias com renda pelo

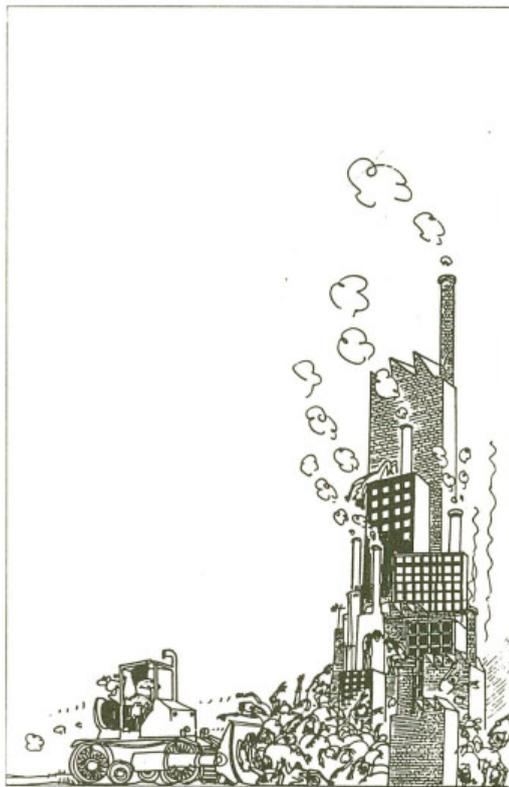
menos duas vezes maior do que a média. Uma política "ligeiramente" ao avesso: tirar dos pobres e dar aos ricos.

**A "dama de ferro" caiu,
mas o thatcherismo
continua sendo aplicado**

O "poll tax" foi introduzido em 1º de abril de 1990. Segundo o Gallup, foi a medida mais impopular adotada por um governo britânico desde a Segunda Grande Guerra. No dia 31 de março, a população saiu às ruas de Londres. A polícia interveio. A passeata redundou no maior conflito de rua da cidade neste século. Cerca de 350 pessoas foram presas, centenas de policiais e manifestantes ficaram feridos. Oito meses depois, Thatcher caiu.

No dia 9 de abril de 1992, logo após a eleição, Thatcher renasceu. O primeiro-ministro John Major divulgou o seu programa de governo para o primeiro ano legislativo. As dezesseis novas leis propostas incluem: aceleração das privatizações, reforma educacional e maiores restrições ao direito de greve. O governo britânico já anunciou a venda da British Coal, empresa que produz carvão, e abertura à iniciativa privada da participação no sistema ferroviário, controlado pela British Rail.

O programa prevê ainda "aperto" na lei de concessão de asilo político, em que no caso inglês é relativamente pequena a procura (4.442 em abril/91), comparada com os pedidos para o governo alemão (30 mil por mês — 60% do total da Comunidade Econômica Européia). Fala também na reformulação do Serviço Secreto de Inteligência Britânico (SIS). Os "arapongas" ingleses consomem 189 milhões de libras (329 milhões de dólares) para "bisbilhotar" movimentos e organizações de oposição — em es-



pecial, dos árabes e jamaicanos, "segregados nos bolsões de miséria" de Londres.

Em abril de 1992, o primeiro-ministro John Major apresentou seu programa para a seleta platéia de 2.500 executivos britânicos. No discurso, Major afirmou que a Inglaterra virou definitivamente as costas para os impostos altos, à inflação elevada, às políticas intervencionistas e o poder sindical. No final, o primeiro-ministro foi aplaudido de pé ao prometer uma rápida legislação para concluir as reformas das leis sindicais e limitar as cláusulas do capítulo social da CEE. Sua aplicação na Inglaterra implicaria em os empresários ingleses desembolsarem 5 bilhões de libras adicionais.

Foi-se Margaret Thatcher; o "thatcherismo", porém, sobrevive

* Assessor de imprensa do Sindicato dos Securitários de São Paulo



O declínio dos EUA e o aumento do saque imperialista

Dilermando Toni *

Por ocasião da Eco-92, os Estados Unidos se negaram terminantemente a assinar tratados como o da biodiversidade. O presidente George Bush, apesar de toda a arrogância, não teve como esconder que o motivo desta recusa é a grave crise que afeta o país. Além disso, o mundo presenciara a revolta negra de Los Angeles, afogada em sangue pelos que se dizem os principais "defensores da democracia". Afinal, o que se passa com o maior pilar do capitalismo mundial?

Os EUA atravessam a mais grave crise econômica desde o pós-guerra. Estão no epicentro de uma crise que se abateu sobre todo o sistema imperialista mundial desde os meados de 80. Após o fim da segunda guerra mundial, onde a Alemanha e o Japão foram literalmente destruídos, a economia norte-americana passou sem maiores percalços por uma fase de expansão. Os EUA detiveram durante um certo período os recordes de produção, mantiveram em suas mãos as mais avançadas tecnologias e nada menos que 50% do produto mundial.

Tal situação começou a se inverter a partir da eclosão da crise de 74/75 e se agravou com a crise de 80/82. Sucessivamente os EUA vêm perdendo posições para o Japão e para a Alemanha, o que não acontece sem um profundo acirramento da disputa interimperialista. Na visita que fez no início do ano ao Japão, o presidente Bush, acompanhado de alguns dos maiores empresários americanos, exigiu que as relações comerciais entre os dois países fossem alteradas, que os japoneses abrissem seu mercado para os produtos americanos e que exportassem menos para os EUA.

Governo americano tenta esconder o agravamento da recessão econômica

Às vésperas da eleição presidencial, o governo norte-americano vem fazendo de tudo para minimizar os efeitos da crise. A cada pequeno dado positivo, anunciam como grande estardalhaço que a recessão já acabou e que se iniciou um novo período de crescimento. Mas a realidade é cruel e teima em desmentir os porta-vozes da Casa Branca. Na mais otimista das avaliações, pode-se dizer que a economia norte-americana se encontra estagnada.

Há quase 20 anos ininterruptamente a balança comercial dos EUA é deficitária, sendo que a partir de 1984 esses déficits situaram-se sempre acima dos US\$ 100 bilhões. Ano passado, atingiu a casa dos US\$ 60 bilhões. Recentemente, entretanto, o Departamento do Comércio daquele país informou que o déficit acumulado nos quatro primeiros meses de 92 está à casa dos US\$ 21,65 bilhões quando, no

ano passado, no mesmo período, o déficit ficou em US\$ 20,83 bilhões.

Tal crescimento negativo está sendo visto como um entrave para a retomada da atividade econômica americana. A esse propósito é significativo o relatório do Instituto Internacional para o Desenvolvimento e Administração e Fórum Econômico Mundial, divulgado nos fins de junho, que dá conta de que a posição ocupada pelos EUA na competitividade internacional passou do 2º para o 5º lugar, de 90 para 91. Dessa forma, pode-se prever que não são favoráveis as perspectivas para uma diminuição de peso no déficit da balança comercial americana. Ela deve continuar deficitária cronicamente e em grande volume.

Um dos problemas mais graves que enfrenta a economia americana é a alta dependência que ela mantém do petróleo como fonte de energia para atividades básicas. Os aproximadamente 250 milhões de norte-americanos não passam de 5% da população mundial, no entanto, consomem mais de 1/3 da produção total do petróleo. O último relatório do Birô de Avaliação Tecnológica dos EUA (OTA) prevê que a queda contínua da produção doméstica e do aumento do consumo fará com que daqui a duas décadas os EUA estejam importando três de cada quatro barris de petróleo que consumirem. Mais que isso, o relatório do American Petroleum Institute (API), divulgado em junho último, dá conta de que a produção norte-americana de petróleo atingiu o volume mais baixo dos últimos 30 anos e as importações nos cinco primeiros meses deste ano registraram um aumento de 6% em relação ao mesmo período do ano passado.

EUA tentam superar sua crise através da agressão militar em todo o mundo

Esse é um problema de natureza estrutural da economia americana. Por aí se explica a agressividade com que os EUA agem para controlar as fontes desse produto, principalmente no Oriente Médio. Pode-se considerar que, pela via da guerra, os EUA tem um certo fôlego no suprimento de petróleo, o que não quer dizer que isso não seja uma fonte de constante insta-

bilidade na economia e de disputa na arena internacional.

Uma outra característica da crise que afeta os EUA, à diferença das anteriores, é que além da crise do sistema produtivo industrial, ela afeta também todo o sistema bancário e financeiro. O sistema bancário dos EUA foi erigido num modelo que contemplava alguns bancos de grande porte, de escala nacional e internacional, combinado com a existência de milhares de bancos regionais de pequeno e médio porte. Esse sistema se manteve basicamente estável durante 50 anos, do início da década de 30 até o começo dos anos 80. Menos de 300 bancos quebraram entre 1933 e 1980.

A partir daí, teve início uma crise sem precedentes no sistema bancário americano. Ao lado das muitas dificuldades internas, no campo externo os bancos norte-americanos vem perdendo posições sobretudo para os japoneses, hoje muito maiores e mais fortes. Isso quer dizer que as dificuldades para a exportação de capitais, que é uma necessidade vital do sistema imperialista, vão ficando mais complicadas para os americanos. O maior banco dos EUA, o Citybank, teve em 1991 um prejuízo aproximado de US\$ 500 milhões.

Por outro lado, tem evoluído rapidamente o domínio que os estrangeiros têm sobre o sistema bancário norte-americano. Hoje ele já é maior que nos setores químico e de automóveis. E note-se que as marcas japonesas de veículos já controlam nada menos que 35% do mercado americano. Os bancos estrangeiros tinham em mãos, no final de 1991, 45% do mercado de empréstimos dos EUA; ante 18% em 1983. Isso se deve aos empréstimos que as empresas americanas tomam de bancos no exterior (US\$ 152 bilhões em 91, ante US\$ 20 bilhões em 83) e aos empréstimos tomados de bancos estrangeiros sediados nos EUA (o volume passou, no mesmo período, de US\$ 66 bilhões para US\$ 196 bilhões). Tudo isso vai formando um quadro de grande dependência dos EUA em relação a outros países imperialistas.

A posição dos EUA como nação devedora líquida avançou para US\$ 361,5 bilhões no final de 1991, em comparação com os US\$ 294,84 bilhões no final de 90. A condição de devedor dos EUA é determinada pela diferença entre o investimento norte-americano em ativos no exterior e o investimento estrangeiro em ativos nos Estados Unidos. É bem ressaltar que os

EUA se transformaram em país devedor líquido em 1985, pela primeira vez desde 1914, depois de terem sido um dos maiores países credores até 1982.

O déficit público alcança a astronômica cifra de US\$ 400 bilhões por ano. O orçamento militar, com o qual os EUA mantêm sua posição de hegemonia no mundo, é da ordem de US\$ 300 bilhões por ano. Se de um lado, tal volume de investimentos do Estado pode significar um incremento da atividade industrial militar, por outro, os armamentos não retornam ao ciclo produtivo. A um prazo maior trazem sérias distorções na produção.

**De maior credor mundial
os Estados Unidos passam
a ser um grande devedor**

A burguesia monopolista dos EUA procura jogar todo o peso da crise em cima dos ombros do povo norte-americano e dos povos dos países dependentes. Vai adotando uma série de políticas e de medidas concretas para salvar seus interesses e lucros. É a mesma lógica do capitalismo com a qual já estamos acostumados no Brasil: os trabalhadores devem "pagar o pato".

Num estudo do Centro de Orçamento e Políticas Prioritárias de Washington, divulgado em setembro do ano passado, sobre a concentração de renda nos EUA, referentes à década de 80, vê-se claramente como a distância entre pobres e ricos vem aumentando naquele país: os rendimentos da população mais pobre caíram 10%, enquanto que dos ricos, que são 1% da população total, tiveram um aumento de 122%. Uma situação diferente da que prevaleceu nos anos 50-60, que começou a se modificar na década de 70 e se acelerou nos anos 80.

Isso reflete um contínuo achatamento nos salários dos trabalhadores norte-americanos, que em 92 deverão ser aumentados em apenas 4,5%, seu nível mais baixo em pelo menos uma década. Esses são dados de uma pesquisa feita pela consultoria Towers Perrin entre 1900 empresas, que mostra também que o congelamento dos salários está sendo adotado cada vez mais como política preferencial dos patrões americanos. Mesmo um índice pouco preciso,

colocado ao lado dos dados anteriores, como a renda per capita, mostra a concentração de riquezas nas mãos de um punhado de privilegiados. Segundo o Departamento de Comércio Americano, entre 1990 e 1991, a renda pessoal teve um aumento de 2,1%, ou seja, situou-se em menos que a metade da inflação do período.

A miséria se alastra e o desemprego bate recordes na potência em declínio

As altas taxas de desemprego têm sido uma das principais características da situação social dos EUA. Segundo o Departamento do Trabalho daquele país, no período que vai de junho de 1990 a fevereiro de 1992, nada menos que 2,1 milhões de trabalhadores perderam seus empregos. Isso representa 1,8% do total de 117 milhões de pessoas que constituem a população economicamente ativa do país. Em maio último, a taxa geral de desemprego chegou a 7,5% do total. Se a esses quase 9 milhões de desempregados somarmos as pessoas que vivem de "bicos", teremos algo perto de 25 milhões de pessoas sem emprego ou sem ocupação fixa.

Em setembro do ano passado, num artigo intitulado "O que aconteceu com o sonho americano", o jornalista Aaron Bernstein, da Business Week, colocou dados impressionantes acerca da situação de vida do povo norte-americano. Algo muito diferente da imagem do pa-

raíso que nos foi vendida durante anos seguidos pela mídia. Vejamos alguns deles:

* O número de mulheres que se incorporam ao mercado de trabalho a fim de conseguir uma reposição da renda familiar é crescente. No entanto, elas recebem apenas cerca de 65% do que os homens ganham;

* Há um rápido aumento na quantidade de trabalhos temporários e em horário parcial no setor varejista e de serviços, quase 20% desde 1973. Acontece que esses "empregos" pagam em média 40% a menos por hora do que os trabalhos em regime integral;

* O salário mínimo americano está atualmente em 20% do que existia em 1979 e nada menos que 80% das pessoas que trabalham no setor de serviços ganham salário mínimo;

* O índice de pobreza nos EUA é considerado para aquelas famílias de três pessoas que têm uma renda anual de menos de US\$ 9.900 por ano. Elas constituem 13% da população. A proporção de crianças que vivem em unidade familiares pobres chega atualmente a 20% do total, ou seja, 5% a mais do que em 1973. Isso significa que existem 13 milhões de crianças pobres com menos de 18 anos;

* Os rendimentos das famílias negras jovens (com menos de 30 anos) caíram na proporção de 33% ("inacreditável", segundo A. Bernstein) de 1972 a 1991;

* Os gastos com aluguel, como proporção dos rendimentos médios dos jovens americanos, aumentou em 50% desde o início dos anos 70 e vem caindo sucessivamente o número de famílias que têm casa própria;



Collor na Casa Branca: submissão total às ordens neoliberais de Bush

* A proporção dos homens com menos de 35 anos de idade que estão incluídos em planos de aposentadoria financiados pelas empresas caiu de 46% em 1979 para apenas 37% em 1988. Também vem diminuindo o auxílio desemprego para os trabalhadores com menos de 35 anos de idade, que representam nada menos que 26% da população dos EUA.

As medidas econômicas adotadas são ineficazes e oneram os trabalhadores

Acuado por uma série de dificuldades, o governo americano vem adotando uma política interna de baixar as taxas de juros para estimular os investimentos. Em primeiro lugar, é bom dizer que isso não tem dado os resultados esperados; a chamada retomada do crescimento tem sido extremamente pequena e lenta. Na verdade, é inexistente. É uma receita tradicional que pode valer para uma situação diferente da que enfrenta o capitalismo americano, com alta perda do poder aquisitivo da população, forte concorrência internacional, perda da posição de vanguarda tecnológica e conseqüentemente da produtividade do trabalho, alta dependência de capitais externos para alavancar o crescimento.

Aliás, os capitais externos, particularmente o japonês, têm fugido em grande volume dos EUA em busca de melhores e mais rápidos rendimentos. Além disso, as taxas de juros mais baixas deverão provocar, a um prazo não muito longo, um aumento sensível na inflação norte-americana. E esse é um dos problemas cruciais que os países do capitalismo desenvolvido tem enfrentado a partir da década de 30.

Buscando superar a crise em que se acha metido, o imperialismo americano vem tomando uma série de medidas em plano internacional. Seu conteúdo básico, como já foi dito, é o de aumentar a exploração dos povos dos países dependentes. Concretamente, os EUA buscam formar um bloco nas Américas, sob a sua hegemonia, com relações comerciais e industriais que lhe sejam altamente favoráveis. É a "Iniciativa para as Américas" de Bush, que poderia ser resumida da seguinte maneira: máximo protecionismo para os EUA e máximo liberalismo para os países dependentes.

O protecionismo da superpotência americana é o mesmo que têm adotado o Japão, a Alemanha e a França. Por causa disso, a Rodada Uruguai do GATT se encontra num impasse há seis anos. Os blocos econômicos vão ganhando aos poucos uma conformação política e militar mais clara. Em junho, o Japão aprovou finalmente a possibilidade de suas tropas intervirem em conflitos no exterior, já a Alemanha e a França decidiram criar uma força militar dos dois países, independente da OTAN. É importante ter esse quadro mais geral para ver com que voracidade os EUA se lançam na formação do bloco das Américas. É uma questão de sobrevivência, de curto prazo.

Tudo isso serve para mostrar a hipocrisia do discurso neoliberal. Desregularizar, privatizar, abrir a economia, quebrar as barreiras, facilitar mais ainda a entrada de capital externo, é válido tão somente para os países dependentes. É todo um plano de salvação dos EUA, em detrimento da soberania dos outros países, que passa pela destruição dos Estados nacionais. Não sendo formados blocos regionais de "livre comércio", como no caso do Eucamex (EUA, Canadá e México), Mercosul, (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), Pacto Andino (Bolívia, Equador, Chile, Colômbia e Peru) e o Caricom (que reúne os países caribenhos), com os quais os EUA vão estabelecendo relações privilegiadas.

Discurso neoliberal serve para aumentar a submissão dos países dependentes

Encontra-se em fase final o estabelecimento do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que envolve os EUA, o Canadá e o México, este último em avançado processo de privatização. Mas vejamos como acontecem concretamente as coisas. A indústria norte-americana de automóveis, que está em crise, ao se estabelecer no México terá que pagar a um operário mexicano de 4 a 5 dólares por hora de trabalho, ou seja, 1/5 do que paga atualmente nos EUA. E mais, terá acesso, sem nenhuma barreira, ao mercado mexicano de automóveis que está em expansão e em melhores condições de concorrência dentro dos EUA. Pelo acordo



Manifestação em São Paulo contra a política belicista dos EUA no Golfo

os veículo produzidos deverão ter nada menos que 70% de "conteúdo local", o que significa um duro golpe na indústria japonesa.

Na indústria têxtil, por um acordo chamado "um fio à frente", todos os têxteis e confecções, desde o fio até o produto acabado, devem ter origem na América do Norte. As tarifas para as importações mexicanas feitas nos EUA serão reduzidas a zero, enquanto será mantida a alíquota de 9% sobre as importações feitas de outros países. É a criação da chamada "Fortaleza América", que tem sido alvo dos mais veementes protestos dos capitalistas japoneses.

Um outro ponto que merece ser assinalado são os acordos de renegociação das dívidas externas, o chamado Plando Brady, que estão sendo impostos aos países da América Latina, em particular àqueles considerados como grandes devedores - como o México, Argentina e Brasil. Fala-se muito da "generosidade" dos banqueiros internacionais e do FMI em reduzir o montante da dívida. Na realidade, os acordos são extremamente lesivos à soberania dos paí-

ses dependentes. Trocam-se os títulos da dívida por bônus, mesmo que seu valor real no mercado secundário não passe de 1/3 do valor de face. E isto com enormes garantias, juros crescentes e desembolsos imediatos do que há de atraso quanto ao principal e aos juros. O Brasil, por exemplo, pagou US\$ 5 bilhões em 90, US\$ 11 bilhões em 91 e vai pagar muito mais em 92, quando estiverem fechados todos os acordos com o FMI, Clube de Paris e bancos credores.

A profunda crise que afeta o capitalismo monopolista americano, bem como as soluções que vem sendo tentadas para superá-la pela burguesia daquele país, traz nefastas consequências para os trabalhadores dos países latino-americanos, e em especial para os brasileiros, pela importância econômica do Brasil. O movimento sindical deve estar atento para essas modificações que vão sendo impostas como "modernização". Aliás, não é nada moderno transformar trabalhadores em escravos e países em colônias.

* Redator do jornal *A Classe Operária*

A ECO-92 e a luta do movimento sindical em defesa do meio ambiente

Vanessa Meriqui *

A ECO-92 fez com que parcelas do sindicalismo brasileiro refletissem com maior seriedade sobre a grave questão ambiental. O resultado da conferência oficial, patrocinada pela ONU, foi frustrante, mas evidenciou que a luta ecológica também tem caráter de classe e merece ser tratada com atenção pelos trabalhadores. O artigo a seguir faz um balanço da ECO e mostra a importância deste debate para o movimento sindical.

A Agenda 21 - um documento de 800 páginas com tratados e convenções - será encadernada como saldo de um dos mais concorridos eventos de todos os tempos: a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - a Eco 92, realizada no Rio de Janeiro. Programada desde 1989 pela ONU, com o objetivo de avançar nas conclusões extraídas na primeira conferência mundial sobre o tema, ocorrida na Suécia há vinte anos atrás, a Rio 92 se apresentou como uma possibilidade de definição de metas e compromissos políticos que pudessem garantir um planeta saudável, o combate à pobreza, etc, etc...

Com resultados duvidosos, porém, a Eco 92 serviu para revelar ao mundo que a preocupação com a degradação ambiental por parte dos governos das principais nações aqui representadas tem a dimensão exata de seus interesses econômicos. O que significa dizer que ninguém cedeu ou abriu mão desses interesses em nome de uma política que ao menos minimizasse os efeitos dos modelos de desenvolvimento que penalizam principalmente os povos do Terceiro Mundo.

Foi calcado neste ponto de vista, que os 118 chefes de Estados e quase mil delegados oficiais dos 173 países presentes deliberaram acerca dos quatro temas básicos em que a Con-

ferência foi dividida: biodiversidade, clima, dinheiro e florestas. Ao final, o que o mundo inteiro assistiu foi um jogo no qual, em momentos diferenciados, países industrializados saíram vencedores, os dependentes perdedores e até vice-versa. Mesmo com este suposto "empate", tais resultados significam, em outras palavras, que os interesses dos países industrializados se sobrepuseram novamente às necessidades dos países dependentes.

Mas, se por um lado, a conferência oficial realizada no Riocentro foi mais um palco para a mais badalada festa internacional promovida pelo governo Collor, a quarenta quilômetros dali, no aterro do Flamengo, cerca de 1800 Organizações não Governamentais (ONGs) promoviam um evento simultâneo, também patrocinado pela ONU. Ali, cerca de 10 mil integrantes vindo de todos os continentes se mostraram dispostos a trabalhar duro, buscando propostas e mecanismos de cobranças dos órgãos governamentais com vistas às soluções para as questões ambientais mais prementes. Foi esta reunião das ONGs, chamada Fórum Global, que deu o tom de seriedade ao evento do Rio de Janeiro, muito a contragosto da mídia nacional, que tentou provar o contrário o tempo todo.

A defesa do meio ambiente exige a superação do modo de produção capitalista

As ONGs também discutiram exaustivamente os temas da conferência oficial, além dos debates sobre pobreza, limitação da ação das

multinacionais e punições mais rigorosas para crimes ambientais, pontos que nem sequer foram tratados no Riocentro. O Fórum Global concluiu sua própria *Carta da Terra*, solidificou um esquema de intercâmbio internacional de entidades, selou tratados alternativos e promoveu manifestações de rua, como a passeata que reuniu cerca de cinquenta mil pessoas, entre elas representantes de alguns países presentes. A distância entre os dois fóruns de discussão, portanto, do aterro do Flamengo ao Riocentro, não foi um simples dado geográfico. Antes, as duas conferências polarizaram um debate ideológico, conceitual e político.

Na verdade, o pano de fundo que norteou a bifurcação do debate entre ONGs e Estado teve seu endereço certo numa única expressão: "*desenvolvimento sustentável*". Conceito-chave do relatório Brundtland (publicado em 1987 e que serviu de base para as discussões preparatórias da Rio 92), o desenvolvimento sustentável, apregoado e aplaudido pelas delegações governamentais, não passa de uma correção nos padrões de desenvolvimento, sem maiores alterações das estruturas sociais. Diz levar em conta as necessidades das gerações futuras, buscando fatores de proteção ambiental, incluindo aí a aceleração do crescimento econômico capitalista, já que entende que a miséria e a falta de controle de natalidade também são causas da degradação ambiental.

A teoria do desenvolvimento sustentável também alimenta propostas que apontam para novos mecanismos de mercado, que condicionam a produção à capacidade dos recursos naturais, o que na verdade não freia a lógica predatória do mercado ao meio ambiente, mas sim suaviza o impacto da produção e do consu-

Sheila Oliveira



Abertura da conferência oficial: muita badalação e nada de positivo para a humanidade

mo sobre os recursos naturais dentro de uma racionalidade econômica. É um conceito que aponta para novas formas de mercantilização da vida.

Por sua vez, as Organizações não Governamentais têm outro conceito de desenvolvimento. Para assegurar o direito à sobrevivência física, social e cultural das populações, bem como garantir as condições ambientais do planeta, é preciso construir um modelo de desenvolvimento não excludente, que respeite as prioridades estabelecidas no conjunto da sociedade e que estenda a condição de cidadão à maioria que vive à margem dos processos econômicos e políticos. É necessária então a transformação da ordem social vigente para aquilo que se definiu como palavra de ordem nas ONGs no Rio de Janeiro: um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentado.

Em outras palavras, o que o Fórum Global trouxe para os seus debates foi que "desenvolvimento sustentável" é um conceito de ordem capitalista, razão pela qual há que se exigir um outro modo de produção e desenvolvimento, contrário àquele imposto pelo capitalismo. É tarefa árdua, revolucionária. E é nessa perspectiva que se enquadram os trabalhadores.

Modelo de desenvolvimento dependente agravou o problema ambiental no país

Não há como falar da atuação do movimento sindical, principalmente em tempos de Eco 92, sem nos reportarmos à história. O primeiro aspecto a ser levantado é que os debates sobre problemas ambientais, ainda que presentes na agenda internacional desde meados da década de 60, não tiveram uma aceitação tranquila nem mesmo dos setores mais progressistas do movimento sindical. Há argumentos, ainda que questionáveis, que tentam explicar este fato, apontados inclusive na primeira conferência mundial em Estocolmo: o antagonismo entre políticas de desenvolvimento e políticas de defesa do meio ambiente.

Acontece que havia certo consenso na política econômica vigente na época, principalmente nos países do Terceiro Mundo, que se traduzia

na não aceitação de limites para o desenvolvimento, mesmo que desordenado, predatório e explorador, sob pena de perpetuar a dependência econômica desses países para com as grandes potências. Tal postura foi fortemente defendida no Brasil pelo governo, com o apoio de muitos setores da sociedade civil. E foi celebrada na Conferência de Estocolmo através da definição do então ministro Costa Cavalcanti: "... o país que ainda não alcançou o nível satisfatório para prover o essencial não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio ambiente".

Esse modelo foi bom para o Brasil? Sem dúvida, foi melhor para os Estados Unidos, Europa, Japão, enfim todos os que se beneficiaram com a política de intensificação da implantação das multinacionais, exploração de mão-de-bras barata, exportação de matéria-prima, etc. Pois foi esse modelo, baseado ideologicamente nas imposições dos países industrializados e estrategicamente na industrialização desenfreada, que cavou já a partir da década de 70 as beiradas do buraco cujas conseqüências conhecemos bem.

Mas a queda da qualidade de vida, o arrocho salarial, o crescimento da marginalidade, a cruel concentração de renda em mãos de poucos não foram os únicos resultados desse processo. Os impactos ambientais, na cidade (como a poluição do ar, das águas, o excesso de ruídos, a falta de saneamento, etc.), como no campo (perda do solo agricultável e degradação de áreas em função de atividades extrativistas, a inundação de terras para geração de energia, uso inadequado de técnicas e produtos químicos na agricultura entre outros danos), somaram-se à degeneração social que penalizou as populações mais pobres.

Uma polêmica dificulta a atuação firme e decidida do sindicalismo brasileiro

Neste grave quadro, o movimento sindical contudo concentrou suas ações nos aspectos sócio-econômicos e políticos da crise, com uma estratégia baseada fundamentalmente na prática economicista. Eram sua espinha dorsal a luta pela garantia de emprego, melhores salários e



Sindicatos na ECO-92: denúncia das condições degradantes de vida no planeta

condições de trabalho, assim como o direito de greve e de livre organização. A luta — não sem razão — era intensa e a discussão da degradação ambiental nesse contexto foi sedundarizada. Já os movimentos ambientalistas paradoxalmente caminhavam com discursos específicos e dissociados das reivindicações dos trabalhadores. Uma situação que, embora em menor grau, ainda faz parte da atual realidade: muitos sindicatos continuam tendo por base uma atuação puramente economicista, enquanto alguns setores do movimento ambiental, que acusam o sindical de exclusivamente corporativista, restringem suas ações às lutas específicas.

Se é verdade que, em consequência daquele momento, criou-se um ranço entre setores do movimento sindical e do ambiental, em elevado grau de reciprocidade, é verdade também que essa discussão alimenta uma polêmica, cujos argumentos situam-se na crítica à forma de atuação deste e daquele grupo. Não seria uma falsa polêmica, contudo, já que a dicotomia desenvolvimento/meio ambiente foi sendo moldada? Ou melhor, não caberia aqui a indagação: onde é que está sacramentado que garantir o desenvolvimento significa obrigatoriamente degradar o meio ambiente? Ou ainda, proteger o meio ambiente significa obrigatoriamente evitar ou negar o desenvolvimento? Esta

rica polêmica, pelas dificuldades de espaço, não será objeto deste artigo.

Já a partir da década de 80, os trabalhadores e suas entidades sindicais começaram a ter claro que o problema ambiental se fazia presente no seu cotidiano a partir de casos específicos. Os acidentes de trabalho, por exemplo, causando mortes e invalidez permanente, atingiam números assustadores, assim como as mortes por silicose, por contaminação e ingestão de produtos químicos. As lutas pela constituição de Cipas e contra a insalubridade acabaram funcionando também como um detonador para que os trabalhadores da cidade comessem a batalhar por um ambiente saudável, ao menos no local de trabalho. Gradativamente, os enfoques relativos às más condições de trabalho se voltaram para a garantia de normas de defesa do meio ambiente no interior das indústrias.

Riscos ambientais estão presentes no cotidiano dos trabalhadores nas fábricas

Foi no campo, entretanto, que se desenvolveram as principais iniciativas do movimento sindical na questão ambiental, explicitando-as

nas suas lutas juntamente com itens sócio-econômicos. Assim, tivemos desde a luta pela reforma agrária, nas tentativas de impedir a devastação de florestas no Acre, à criação do Conselho Nacional de Seringueiros no Amapá (1985), com propostas de criação de reservas extrativistas, entre outros tantos exemplos.

Interessante é que todas essas ações, no campo ou na cidade, tinham como característica o fato de que, apesar de direcionadas por categorias específicas, extrapolavam os limites dos sindicatos e acabavam por favorecer a população envolvida. O que, no conjunto, revelou uma postura singular no movimento sindical: na prática, a luta dos trabalhadores passa a contemplar a questão ambiental, tanto na cidade, no campo ou na floresta, embora no discurso ainda houvesse duras críticas e dificuldades de inserção do tema nos sindicatos.

A partir daí, há que se destacar a importância da atuação dos trabalhadores no derramamento de petróleo na Vila Socó (Cubatão-SP) e em Pojuca (Bahia); a campanha "Operação Caça-Benzeno", acionada em função da contaminação do Pólo Petroquímico de Camaçari, encabeçada pelo Sindiquímica-BA; a mobilização dos atingidos por inundações provocadas por barragens no Sul, que resultou numa verdadeira luta pela terra; e mais recentemente o trabalho dos químicos do ABC paulista na contaminação da região ou a interferência dos trabalhadores em saneamento e meio ambiente de São Paulo (Sintaema-SP) na elaboração da legislação de recursos hídricos. Outras tantas ações como estas, promovidas por sindicatos das mais diversas categorias, poderiam ser aqui citadas como exemplos.

CUT organiza a Comissão Nacional de Meio Ambiente e investe na questão

Mas apesar desse elenco de situações por todo o país, foi somente em 1991 que a questão ambiental tornou-se **oficializada** no âmbito da luta cutista. É criada a Comissão Nacional de Meio Ambiente, vinculada à Secretaria de Políticas Sociais da CUT Nacional. Foram resoluções do IV CONCUR (setembro/91), além da criação da CNMA, a participação da entidade

do Fórum das ONGs, na Conferência Sindical Internacional sobre Meio Ambiente (maio/92), bem como a criação de comissões de meio ambiente em todas as suas instâncias. Resgatar essa trajetória, mesmo que de forma resumida, é fundamental para o entendimento da inserção do movimento na atual conjuntura de crise econômica, de esgotamento de recursos naturais e de acirramento do modelo de desenvolvimento que coloca em risco a sobrevivência do planeta.

Em que pese todas as dificuldades sócio-econômico-políticas e culturais para que esse debate se torne cotidiano na luta dos trabalhadores, alguns sindicatos cutistas têm avançado nesta discussão. Para subsidiar, por exemplo, a Conferência Nacional sobre Sindicalismo e Meio Ambiente, realizada em maio deste ano, a CUT realizou cinco encontros regionais em todo o país, reunindo dezenas de sindicatos, de professores a médicos, de coureiros a químicos, de bancários a costureiras, todos buscando propostas alternativas em suas áreas para a crise ambiental. As resoluções extraídas na Conferência Nacional foram levadas à Conferência Internacional, realizada naquele mesmo mês, e que reuniu representantes de trabalhadores dos cinco continentes.

A degradação ecológica e a exploração capitalista são faces de uma mesma moeda

Já na Eco 92, a CUT foi a única central sindical brasileira presente como ouvinte na conferência oficial e a participar ativamente nas atividades do aterro do Flamengo. Tornou-se membro das ONGs e já está trabalhando na organização do seu encontro nacional, marcado para agosto próximo. Nesse processo, a Central tem estabelecido intercâmbio com entidades sindicais internacionais, entre as quais figuram Dinamarca, Espanha, Itália, Japão e Canadá.

Através da Comissão Nacional de Meio Ambiente, a CUT tem se esforçado para manter a discussão ambiental na ordem do dia, muito embora se ressinta da falta de um vínculo maior com as entidades sindicais de base. Estas já começam a criar corpo com a proposta — tirada na Conferência Nacional e já colocada em

prática em alguns sindicatos — de estender o âmbito de atuação das cipas, tornando-as Comissões de Saúde e Meio Ambiente, com as prerrogativas legais e sindicais.

A CUT também trabalha com a perspectiva de que é fundamental que as lideranças sindicais desenvolvam junto às categorias um trabalho no sentido de colocar em prática ações políticas e organizativas deliberadas na Conferência Nacional sobre Sindicalismo e Meio Ambiente, tais como propor a inclusão de questões ligadas à saúde, tecnologia e meio ambiente nas cláusulas dos acordos coletivos; aprofundar e propor discussões sobre política industrial e energética, assim como a elaboração de mapas de risco em conjunto com a sociedade civil; implantar comissões estaduais e regionais de meio ambiente nas instâncias cívicas; levar para os locais de trabalho a discussão do direito ambiental; fazer campanhas educativas e incluir nos cursos de formação para dirigentes as questões relacionadas ao tema; entre outros itens.

Tudo isso será pouco, no entanto, se a classe trabalhadora não tiver claro o peso de sua responsabilidade no desenrolar desta questão, Afir-

nal, são os trabalhadores os detentores do conhecimento da produção. São eles, portanto, indispensáveis para as indicações de alternativas que apontem mudanças no processo produtivo. Dar as costas para esta luta, sob o argumento de que a morte de baleias ou a camada de ozônio nada têm a ver com o trabalhador, é alimentar um discurso que, além de falso e descomprometido, denota desconhecimento quanto à questão. Porque degradação ambiental — que mata baleias, que destrói a camada de ozônio ou que compromete a floresta amazônica —, assim como a exploração do trabalhador e a perversa concentração de renda, obedecem à mesma lógica — a lógica do lucro fácil, da desigualdade social.

Degradação ambiental e a exploração e má qualidade de vida da classe trabalhadora caminham juntas sim, e pelas mãos do mesmo agente explorador. Assim, permitir uma coisa é ser conivente com a outra. Cabe, portanto, aos trabalhadores lutar contra isso, buscando um modelo de desenvolvimento que lhes permita definir o que produzir, como produzir, onde, quando e para quem. Como já foi dito, é tarefa árdua, porém revolucionária.

* Assessora de Imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo

Shelia Oliveira



Entidades populares e ecológicas promovem passeata no centro do Rio de Janeiro

Sueli Dantas



Greve dos condutores em maio passado: São Paulo não anda sem os ônibus

A força dos condutores de ônibus de São Paulo: uma categoria estratégica

Ary Costa Pinto *

O Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do Ramo de Transportes Urbanos Rodoviários e Anexos de São Paulo, ou simplesmente Sindicato dos Condutores, ganhou notoriedade na última greve do setor, em maio passado. A paralisação durou nove dias e abalou o maior centro industrial do país. O êxito do movimento atizou o ódio das classes dominantes contra estes trabalhadores que operam numa área estratégica. Mas de onde reside a força desta categoria?

A recente greve dos condutores paulistas, que se prolongou de 11 a 18 de maio, não foi a primeira batalha travada por esta categoria, embora tenha sido a mais bem organizada e a de maior impacto e repercussão no cenário nacional. Os trabalhadores deste setor, que é decisivo para a economia de São Paulo, já têm uma longa trajetória de luta e seu sindicato é um dos mais tradicionais e bem estruturados do Brasil.

A história e as tradições de luta desta categoria, a exemplo de outras, foram encobertas por força do arbítrio que caracterizou o regime militar. O Sindicato dos Condutores está entre os que sofreram os mais longos períodos de violência e intervenção. As suas lideranças sempre foram duramente perseguidas pela ditadura. Toda esta memória permaneceu adormecida e só agora surgem os primeiros esforços no sentido de desvendá-la e resgatá-la.

Uma história marcada por memoráveis greves e duros confrontos com a polícia

Os trabalhadores em transportes urbanos estão intimamente associados ao próprio desenvolvimento da cidade de São Paulo. Sua história se inicia no começo do século, quando a empresa canadense Light and Power se instala no município para explorar com exclusividade os serviços de transportes coletivos por bondes sobre trilhos e movidos por cabos elétricos.

Na recém inaugurada República, os investimentos estrangeiros encontravam forte proteção da lei, vigorava a livre circulação de mercadorias e inexistia qualquer legislação trabalhista. Nesse contexto, eram extremamente difíceis as condições de trabalho da categoria. As jornadas não eram nunca inferiores a 12 horas diárias, mas podiam atingir até 16 horas. Não existia direito de férias, descanso semanal remunerado ou qualquer outro tipo de benefício social.

Apesar da dura disciplina a que os trabalhadores estavam submetidos, não demorou para que surgissem nesse setor os movimentos reivindicatórios e as primeiras greves e associações dos empregados. A primeira iniciativa nesse sentido foi a criação da União Defensora

dos Empregados da Light, fundada em agosto de 1910. A reação da Companhia contra essa organização de luta dos funcionários veio sob a forma de demissão de dois funcionários ligados à entidade - Victor Papini e Jaime Pacheco, presidente e sócio respectivamente.

Para protestar contras essas demissões arbitrárias, a "União" decidiu convocar uma greve para o dia 19 de novembro de 1910. Esta paralisação se tornou o marco inicial das lutas dos trabalhadores em transportes da cidade de São Paulo. No dia marcado para deflagração do movimento, a União Defensora dos Empregados da Light publicou no jornal *Comércio de São Paulo* um manifesto explicando as razões da greve:

"Perguntamos nós, o que devíamos fazer diante desse ato? Resignar-nos, calar-nos e esperar da Light outras desfeitas, outras provocações? Ninguém teria a coragem de nos aconselhar semelhante baixeza. Para protestar lançamos mão a única arma que nos fica: a greve e em greve continuamos até que a Light readmita nos serviço os dois colegas despachados e modifique os artigos 4 e 16 do nosso regimento interno".

Apesar das diversas providências tomadas pela Light no sentido de impedir a paralisação, o movimento teve início e se concentrou na garagem do Brás. O artigo 4, citado pelo documento da União, tinha funções disciplinares, proibindo conversas entre os trabalhadores nas plataformas, mesmo se tratassem de assuntos de serviço. A greve durou apenas um dia.

Durante o movimento foram registrados vários conflitos entre policiais e grevistas, saindo dois policiais baleados e dois motoneiros presos. A Light, para fazer circular os seus bondes, mantinha dois soldados armados dentro dos carros. Foi usando desse expediente que conseguiu colocar na rua o primeiro carro, o dos correios, que não foi barrado pelos piquetes. Já o segundo bonde, de passageiros, dirigido por um motoneiro fura greve, conhecido como "toreiro", e o condutor de chapa 644, foi impedido de circular pela ação dos grevistas, conforme informa a reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* de 20 de novembro.

A circulação dos bondes só voltou ao normal após o governo ter intensificado a ação da cavalaria, responsável pela repressão aos piquetes e pela escolta dos bondes que carregavam em seu interior policiais com armas

embaladas. Apesar do forte esquema repressivo, dos 84 carros da companhia, apenas 23 conseguiram circular na Estação do Brás. Na Estação da Alameda Glete, a mesma reportagem informa que a companhia impediu que os trabalhadores deixassem a garagem ao final do expediente a fim para evitar a ação dos piquetes.

A greve de 1910 não foi vitoriosa em seus objetivos imediatos, mas entrou para a história da categoria. Outras paralisações e protestos importantes foram realizados pelos trabalhadores em transportes, que desta maneira foram forjando sua organização sindical. Oficialmente o atual sindicato foi fundado em 11 de novembro de 1933, dois anos após Getúlio Vargas ter decretado a "Lei de Sindicalização", que reconhecia os sindicatos como órgãos representativos dos trabalhadores, mas os obrigava a desenvolver suas atividades sob severa vigilância e tutela do Estado.

Esta entidade legal, entretanto, a rigor é a herdeira das tradições e do patrimônio da antiga União e do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos, extinto oficialmente em setembro de 1985 e que representava os empregados dos transportes a cabo - bondes e tróleibus inicialmente operados pela Light e a partir de 1947 pela CMTC. Durante os anos seguintes, a categoria construiu um sindicato forte, estruturado, que atualmente joga um importante papel no sindicalismo brasileiro.

Uma entidade organizada nas garagens e com um aparato de grande porte

O Sindicato dos Condutores representa hoje 135 mil trabalhadores e sua base territorial compreende, além da capital paulista, os municípios de Itapeverica da Serra, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Poá. Ele está representado não só por motoristas e cobradores de ônibus urbanos. Também fazem parte da categoria os trabalhadores em transporte de passageiros rodoviários, os motoristas de carros de valores, bancos, comércio e das estatais, como Eletropaulo, Sabesp e Cetesb, e, finalmente, os taxistas empregados em frota.

Atualmente o sindicato possui uma diretoria de 64 pessoas, sendo 11 da executiva e os de-

Sueli Damtas



Assembléias massivas e vibrantes

mais diretores de base. Seu patrimônio é composto por um prédio de nove andares, na rua Pirapitingui (centro da cidade), onde está instalada sua sede; duas colônias de férias; uma gráfica de pequeno porte; e outros imóveis onde funcionam as subseções regionais. A entidade também possui uma frota de 22 veículos, uma ambulância e mais de duzentos funcionários.

Em sua sede central existe um bem estruturado departamento médico, com capacidade para realização inclusive de pequenas cirurgias, atendimento clínico, oftalmo e odontológico. Além disso, e também como herança da máquina sindical assistencialista, funciona um departamento jurídico para atendimentos individuais de seus associados, um departamento de multas e um setor de atendimento de questões referentes ao INSS. Em seu conjunto, estas atividades são responsáveis pelo consumo de aproximadamente 50% do orçamento, que atualmente está torno de Cr\$ 800 milhões anuais e é oriundo do imposto sindical e das contribuições mensais dos seus 65 mil filiados.

Nos locais de trabalho, o sindicato é representado por 64 comissões de garagem eleitas anualmente na proporção de um membro para cada duzentos funcionários. As Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), em número de 64, também são eleitas nos locais de trabalho. No caso dos condutores, suas atividades estão enquadradas no nível três de perigo, o

que permite a representação nesses órgãos na proporção de quatro membros para cada cem funcionários. Pela legislação em vigor, dois destes são representantes patronais e dois dos empregados.

Do ponto de vista político, o Sindicato dos Condutores procura aperfeiçoar ao máximo a democracia operária. Tanto na diretoria como nas comissões de garagens abrigam-se as mais variadas tendências do movimento sindical. Elas são compostas por representantes das correntes petistas CUT Pela Base e Articulação, pelo PCdoB, PPS, Convergência Socialista e um enorme contingente de independentes. Apesar das disparidades políticas e ideológicas, todas estas tendências têm se esforçado para superar suas diferenças em favor das semelhanças quando se trata de abordar os problemas da categoria. Talvez nisto resida a força que essa organização sindical vem demonstrando em suas lutas e mobilizações em defesa das reivindicações da base.

As precárias condições de trabalho e a tendência à radicalização da categoria

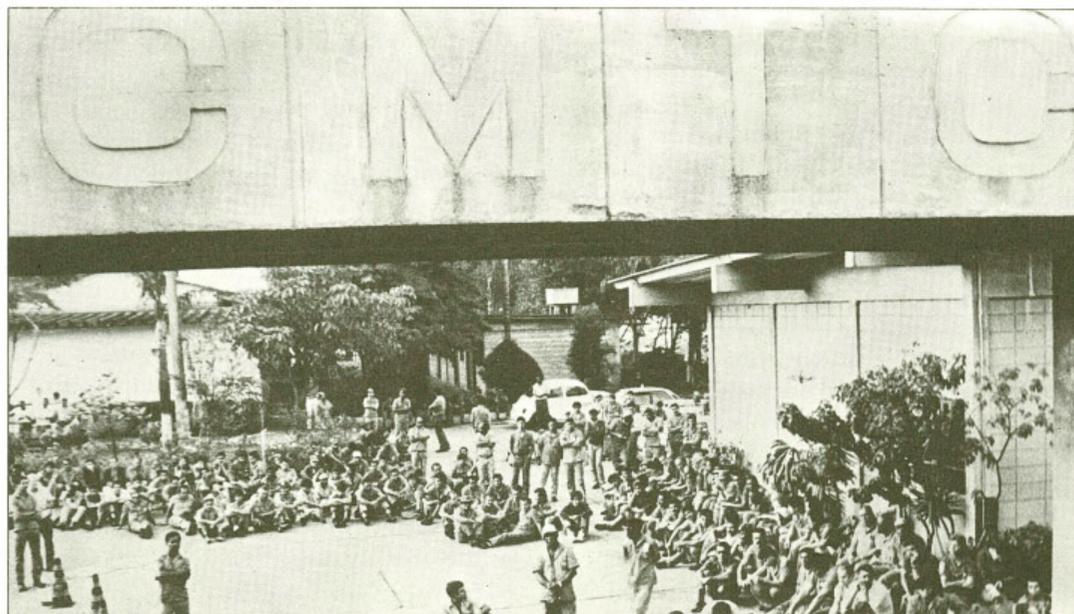
De maneira geral, os condutores se mostram mais sensíveis às reivindicações econômicas e sociais. Contudo, é na área da saúde e da segurança do trabalho que se encontram os maiores

problemas. Os assaltos seguidos de homicídios, que vêm aumentando muito nas regiões Sul e Leste da cidade, têm intranquilizado a categoria. As doenças profissionais, notadamente a surdez, distúrbios mentais e problemas de coluna, decorrentes dos ruídos, das tensões do trânsito e da estafante jornada de trabalho, atingem índices elevados entre os profissionais do setor.

As condições de moradia também indicam uma nítida queda na qualidade de vida dos condutores nos últimos anos. Pesquisas recentes revelam que, especialmente entre os cobradores, é grande o número de moradores em favelas. Levantamentos preliminares da Secretaria Municipal de Habitação confirmam esta situação de dificuldade de moradia.

Todos esses fatores contribuem para forjar as especificidades destes trabalhadores. Assim, nas assembléias, reuniões e outros encontros sindicais, observa-se uma combatividade incomparável. Quando se trata de discutir seus problemas concretos, há sempre um expressivo número de oradores e todos os presentes acompanham e participam com entusiasmo das decisões e encaminhamentos. As assembléias são sempre movimentadas e vibrantes.

O auditório do sindicato, com capacidade para comportar mil pessoas, tem sido pequeno para abrigar o número de presentes às últimas assembléias. A solução encontrada é a de realizar estas atividades a céu aberto, em frente a sede sindical. Como nem sempre apenas o entusiasmo garante vitórias, a categoria tem pade-



A adesão à greve foi de quase 100% da categoria: garagens totalmente paradas

cido algumas vezes de decisões tiradas no calor da hora. Nestas ocasiões, a tendência a radicalização encontra um campo fértil para se desenvolver.

A retomada do sindicato e a nova realidade com a posse de Luiza Erundina

A recente greve da categoria é resultado de uma longa caminhada iniciada em 1979. Nesse ano registrou-se a primeira paralisação no setor de transporte desde o golpe militar de 1964. Ela se inseriu no conjunto dos movimentos sociais em contestação à política econômica do último ditador de plantão - João Batista de Figueiredo. A partir dessa luta, a categoria começa a se organizar para retomar o sindicato que se encontrava sob intervenção.

Já em 1979 são realizadas eleições que conduzem à direção sindical uma composição de forças que contemplava inclusive membros interventores. Assim, não demorou para surgir, em 83, uma oposição sindical mais definida e coesa politicamente, que passa a organizar os condutores em seus locais de trabalho. O resultado deste trabalho é a eleição de Edvaldo Santiago Silva à presidência do sindicato em 1989. Neste mesmo ano, a categoria decide, em seu primeiro congresso, pela filiação da entidade à CUT. A partir de então iniciam-se esforços para adequar a estrutura e organização sindical às novas exigências do quadro político brasileiro.

Com a eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, o Sindicato dos Condutores passa a enfrentar uma nova e bastante complexa realidade. Apesar dos conflitos do dia-a-dia, a categoria aproveitou os espaços de maior liberdade para elevar o seu nível organizativo. É nesse período que são conquistadas as comissões de garagens, que terão um papel de destaque na mobilização dos condutores. Também ocorre o retorno de reconhecidas lideranças sindicais demitidas na gestão de Jânio Quadros.

As relações entre a administração municipal e os trabalhadores em transportes vão aos poucos se deteriorando. Com o projeto de municipalização dos ônibus, aprovado por iniciativa

da prefeitura, as empresas privadas têm os seus lucros garantidos - elas operam sem riscos já que são remuneradas por quilômetros rodados. Já do ponto de vista dos funcionários, há uma visível queda do poder aquisitivo. Nota-se também um endurecimento no trato das reivindicações da categoria. Por outro lado, ocorre uma ampliação da frota de veículos em circulação, o que resulta no aumento do número de trabalhadores da categoria.

Repressão à greve de maio dá brechas ao discurso reacionário da burguesia

Essa deterioração atingirá seu ponto alto na greve deflagrada no último dia 9 de maio. Este movimento, o maior realizado pela categoria em toda a sua história, polarizará as opiniões na sociedade. Até mesmo no interior do Partido dos Trabalhadores, que administra a cidade, lideranças de prestígio condenarão publicamente a greve. Alguns passam a apregoar o "respeito à lei", a "defesa da governabilidade e das instituições" - num discurso pouco conhecido pelos militantes de base do partido. O vereador petista Maurício Faria chega a tratar os grevistas por "turba", tentando desqualificar os trabalhadores.

A prefeitura também altera o seu discurso e sua prática. Em entrevista na TV, Luiza Erundina ataca o Sindicato dos Condutores e justifica sua postura inflexível nas negociações como "amadurecimento" da administração municipal. E o que é pior: a prefeitura demite mais centenas de grevistas - inclusive trabalhadores com estabilidade no emprego. Lideranças grevistas inclusive ficam presas por vários dias, só sendo libertadas após a paralisação e em decorrência da pressão de entidades democráticas.

Este endurecimento dá brechas para o rancor dos empresários, que falam em multar o sindicato pelos "prejuízos" causados pela greve e utilizam os meios de comunicação para bombardear esse legítimo direito dos trabalhadores. O governador Luiz Antonio Fleury também reforça o coro da reação. No Congresso Nacional, a direita volta a falar na proibição da greve nos serviços essenciais.

Suelli Dantas



Sindicato cumpriu a decisão do Tribunal; mesmo assim, a greve foi declarada ilegal

O dia-a-dia de uma paralisação que abalou os alicerces de S.Paulo

A dimensão política que o movimento atingiu não teve qualquer relação com os objetivos traçados no início da campanha salarial da categoria - que tem data-base em maio. Os condutores exigiam apenas a reposição das perdas causadas pelos últimos planos econômicos do governo federal. A pauta de reivindicações foi elaborada em concorridas e democráticas assembleias. Num dos primeiros contatos com o secretário municipal de Transportes, Lúcio Gregori, os dirigentes do sindicato saíam inclusive otimistas com o possível desfecho da campanha. O secretário prometeu "examinar com carinho as reivindicações".

Aos poucos, entretanto, a prefeitura foi mudando sua postura. As rodadas de negociação foram sendo adiadas sem maiores explicações. Numa desagradável surpresa, que só acirrou o animo da categoria, o governo municipal ainda anunciou um reajuste de apenas 8% nos salários de maio - quando a inflação do mês apontava 22% e o acordo da categoria estabelecia as correções de acordo com os índices do Dieese. Para pressionar a prefeitura, os condutores de-

cidem realizar uma paralisação de protesto, em 28 de abril. A greve de um dia consegue a adesão da quase totalidade da categoria, mas o governo se mantém inflexível. Finge não ver o caldeirão esquentando! Joga no impasse!

Na assembleia realizada em 30 de abril, os trabalhadores aprovam o dia 11 de maio como data indicativa para a paralisação por tempo indeterminado. Nessas duas semanas o sindicato ainda deveria insistir nas negociações. Mas a flexibilidade dos condutores não foi correspondida pela prefeitura. Em anúncio à imprensa, a administração afirma que não reconhece as perdas salariais do setor e propõe apenas uma antecipação de 21%. Já a CMTG, empresa municipal de ônibus, acelera um plano de emergência para enfraquecer a greve.

Esse plano não funciona. Seu fracasso é total. Na madrugada de 11 de maio, os sindicalistas comemoraram o êxito da greve - que já atinge 98% da categoria. Na audiência de conciliação, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) reconhece as perdas salariais da categoria e ainda propõe um aumento de 7% de produtividade. Para a surpresa de todos, a prefeitura recusa a proposta e exige o julgamento do dissídio! Para evitar a decretação da ilegalidade do movimento e por determinação do TRT, o sindicato organiza a circulação de 40% da frota. São confeccionados cartazes com os dizeres: "Não sou fura-greve. Cumpro decisão da justiça acatada em assembleia".

**Prefeitura sai chamuscada
e a paralisação mostra a
combatividade da categoria**

No julgamento, no dia 15 de maio, a proposta da audiência de conciliação é alterada para pior. Apesar de reconhecer as perdas, o TRT determina que elas sejam pagas em três vezes, decreta a abusividade da greve e determina o desconto dos dias parados. Em compensação, concede 90 dias de estabilidade - condicionados ao retorno imediato ao trabalho. A decisão não agrada nem a prefeitura, que fala em recorrer da sentença, nem os trabalhadores, que, radicalizados, decidem manter e reforçar a greve. Num clima de grande revolta, os condutores resolvem inclusive retirar a frota de veículos em circulação.

As pressões contra os grevistas aumentam. A população, que num primeiro momento apoiou os condutores e culpou o governo pelos transtornos no cotidiano da cidade, acaba se voltando contra a greve devido à sua longa duração. As entidades empresariais e o governo estadual anunciam a disposição de responsabilizar financeiramente o sindicato pelos "prejuí-

zos". A prefeitura demite 300 trabalhadores e, em seguida, amplia a lista para 500, todos por "justa causa".

Nem mesmo a posição do diretório municipal do PT, que desde o início não vacilou em reconhecer a legitimidade das reivindicações da categoria, consegue alterar a postura da prefeitura. Diante da ameaça de tornar pública uma crítica à administração pelo seu tratamento à greve, Luiza Erundina não hesita em falar que deixaria o partido. A interferência, mesmo que tardia, da CUT em favor dos grevistas, também não muda o quadro. Alegando que o "princípio da autoridade" não pode ser arranhado, ela mantém as demissões e continua irredutível.

Diante desse quadro adverso, os condutores começam a retornar ao trabalho. Numa postura responsável, a direção do sindicato propõe em assembléia o fim da greve - o que é aprovado por ampla maioria. Os ônibus deixam novamente as garagens e São Paulo volta a "normalidade". Do ponto de vista econômico, a decisão da justiça ao menos garantiu a reposição das perdas. Mas é do ponto de vista político que a categoria conquista o seu maior avanço: mostra sua força estratégica e sua grande capacidade de luta e organização. A greve valeu!

* Assessor de comunicações do Sindicato dos Condutores de São Paulo

Sueli Dantas



Trabalhadores exigem a libertação dos líderes grevistas presos



Grevistas de 17 acompanham o enterro do operário José Martinez no centro de São Paulo

A histórica greve de 1917 e os seus reflexos no sindicalismo brasileiro

Augusto Cesar Buonicore *

Em forma de crônica, o autor relata os momentos principais da memorável greve de julho de 1917 - numa homenagem aos 75 anos deste episódio que teve profundo impacto no movimento operário do país. A paralisação, que durou mais de 50 dias e adquiriu características insurrecionais, mostrou a força, mas também as limitações do anarquismo. Como consequência, pouco tempo depois os comunistas conquistariam a hegemonia do sindicalismo brasileiro.

"Em São Paulo só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio." Correo Paulistano — Junho/1917

**A Crespi pára e a
polícia reprime: Martinez,
um operário, é baleado**

A situação era tensa. Um grupo de operários chega à porta do Cotonifício Crespi e concludando os operários a aderirem ao movimento grevista, que havia se iniciado há dias. A polícia, decidida a não permitir piquetes, intervém violentamente, abrindo fogo contra os grevistas. O saldo: um morto, José Martinez, 21 anos, operário-sapateiro. Depois deste dia São Paulo não será mais a mesma.

Numa fria manhã de Julho, dia 11, uma multidão de cerca de 10 mil pessoas caminha lenta pelas ruas da cidade. São Paulo está parada em uma última homenagem ao operário morto. As bandeiras vermelhas e negras tremulavam entre choros e o sentimento de vingança. A São Paulo proletária estava nas ruas, nunca se vira aquilo antes.

O cortejo fúnebre segue lento pelo aterro do Carmo, hoje continuação da avenida Rangel Pestana, tentando se dirigir ao palácio do Governo, mas é impedido pela polícia, que acompanha tudo de perto. Segue então pela rua Floriano Peixoto até a Praça XV de Novembro. De repente a multidão para e só se houve um grito:

— Libertem Nalepinski! Libertem Nalepinski!

Nalepinski, outro sapateiro, preso por ter denunciado o assassinato de Martinez. Uma comissão se desloca até a Secretaria da Justiça para exigir a sua libertação. O delegado geral, acuado, promete soltá-lo após o cortejo. Uma vitória, a primeira. A multidão avança, chega a Praça da Sé. Agora é a vez dos discursos. O cortejo segue então até o Cemitério do Araça, sua última parada.

No cemitério, diante do túmulo de Martinez, os oradores se revezam, são homens e mulheres. Na voz dos operários a indignação e a revolta. "Soldados, Não deveis perseguir os vossos irmãos de miséria... A fome reina em nossos lares, e os nossos filhos nos pedem pão. Os perniciosos patrões contam, para sufocar as nossas reclamações, com as armas de que vos

armaram... Soldados! Recusai-vos ao papel de carrascos."

A multidão chora, nem mesmo os soldados escalados para vigiar o movimento se contém e enxugam os olhos com as mangas das fardas.

Um operário morreu, e agora?

**Trabalhava-se em
média 14 horas diárias; as
crianças eram exploradas**

Ser operário naqueles dias não era nada fácil, nunca foi. Trabalhava-se em média 14 horas diárias, sem férias, sem descanso semanal remunerado, sem nenhum tipo de assistência. Para eles apenas o trabalho. "Produzir, produzir, deve ser o lema dos paulistas." Mas produzir para quem? perguntam os operários.

Por todo este trabalho, recebiam apenas um parco salário que não era suficiente nem para o sustento de sua família, o que levava as suas mulheres e filhos a também se empregarem nas fábricas, submetendo-se às mesmas condições de trabalho e recebendo, é claro, menores salários. Os serviços eram insalubres, as jornadas de trabalho eram longas, inclusive noturnas, sem horário para as refeições, que eram feitas ali mesmo do lado das máquinas. Afinal! São Paulo não pode parar. Oh! Pobre dos Proletários!

Em 1912, 67% dos trabalhadores têxteis eram mulheres. Em 1918, mais de 50% do operariado fabril era constituído de menores, inclusive de 12 anos, como podemos notar neste trecho de artigo de um jornal da época:

"Assistimos a entrada de cerca de 60 menos, às 7h da noite... Essas crianças saem às 6h da manhã. Trabalham, pois, 11 horas a fio em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos... O pior é que elas se queixam de serem espancadas pelo mestre de fiação... Alguns apresentam mesmo ferimentos produzidos por uma manivela. Trata-se de crianças de 12, 13 e 14 anos."

O custo de vida aumentava dia-a-dia. Em 1916, os gêneros alimentícios subiram mais de 60% sem que houvesse qualquer reajuste salarial. Começava a faltar alimentos e toda a nossa produção era vendida para a Europa, que estava em guerra. A fome batia as portas. É neste contexto que tem início a onda de greves que abalará o país. Em Julho, o que parecia mais uma

simples greve, como outras tantas que já haviam ocorrido desde o começo do século, acabaria por desembocar no maior movimento de contextualização operária já vista na história do Brasil e da América Latina até então.



Operários ameaçam com greve; a resposta do patrão é fechar a fábrica

Uma comissão de operários do Cotonifício Crespi se dirige à direção da empresa exigindo um aumento salarial de 20%, alegando aumento do custo de vida. Crespi não aceita o pedido. Os operários ameaçam com uma greve. A resposta do patrão é fechar a fábrica. A greve então se amplia estendendo-se a outras categorias.

No dia 8 de Julho, o primeiro incidente na porta da fábrica do Crespi. Um choque entre operários e policiais deixa inúmeros feridos; os ânimos se acirram. Na manhã do dia seguinte, novo incidente na porta da Cia Antártica. Trabalhadores enfurecidos tomam um caminhão da companhia e destróem as garrafas por ele transportadas. Seguem em passeta pelo Brás até a Fábrica Mariângela. Novo confronto, cai baleado Martinez. Um operário morreu e agora?



Grevistas ocupam os bairros com barricadas; navios de guerra no porto

Saindo do enterro, a multidão dirige-se à Praça da Sé para um grande comício de protesto, no qual exige a reabertura das ligas operárias, proibidas de funcionar no dia anterior, e a libertação dos presos e a punição dos assassinos. O Comitê de Defesa Proletária, também formado no dia anterior, composto basicamente por anarquistas, assume a direção do movimento e apresenta a sua pauta de reivindicações: aumento de 35% dos salários, proibição do trabalho de menores de 14 anos, abolição do trabalho noturno para menores e mulheres, jornada de trabalho de 8 horas, respeito ao direito de associação, congelamento de preços dos alimentos e redução dos aluguéis.

Nos bairros operários cresce o descontentamento. Milhares de grevistas saqueiam lojas e armazéns. O número de grevistas cresce dia-a-dia. De 10 mil, o número de grevistas sobe para 20 mil (mais de quarenta mil trabalhadores entraram em greve durante o movimento). Eram sapateiros, eletricitários, trabalhadores das companhias de gás, mecânicos e quase a totalidade dos trabalhadores das pequenas oficinas, que compunham o grosso da classe operária do período.

Aumenta a greve, aumenta a repressão e a resposta dos operários é imediata: erguem-se barricadas. Os grevistas tomam os bondes da cidade. Alguns são destruídos pela fúria popular. "... Uma multidão de garotos" — afirma o jornal Estado de S.Paulo — "se entregou a todos os excessos, escolhendo para alvo de suas loucuras os carros elétricos... E o que é mais deplorável, é que um bando de mocinhas, infelizes operárias de fábricas, imitou os gestos da garotada, tomando conta de três elétricos no Largo da Sé." Os grevistas tentam ocupar a 5ª delegacia do Brás e não conseguem. O posto policial passa a ser defendido pelas tropas de infantaria e pela cavalaria.

No Largo da Estação Norte, os policiais tentam invadir o Café Raga, onde se reuniam alguns líderes grevistas, anarquistas, mas são recebidos a bala e no tiroteio vários caem feridos. Novamente formam-se barricadas com sacos de mantimentos, caixões, veículos. As ruas do Brás e da Mooca transformaram-se, instantaneamente, num labirinto de barricadas, que ninguém ousava percorrer. No dia 13 de Julho os jornais publicam nota da Degelacia Geral: "pedimos ao povo pacífico que se recolha às suas casas para não ser colhido no meio dos desordeiros... pois a polícia... vai manter a ordem, para isso empregando os meios mais enérgicos."

Frente aos constantes casos de insubordinação da Força Pública e da guarda cívica, que se recusavam a reprimir os grevistas são solicitadas tropas do interior. Navios de guerra aportam em Santos. Marinheiros são destacados para reprimir populares que saqueavam os armazéns do porto. "A polícia não permitirá reuniões nas praças e ruas públicas, dissolverá pela força os que pretendam ir contra a esta resolução" — afirma um novo comunicado. Tropas de Infantaria e a Cavalaria percorrem as ruas dispersando aglomerações.

Sexta-feira, falta pão, gás, transporte; um grupo de operários tenta parar um dos poucos

bondes que ainda teimam em circular, escoltado por policiais fortemente armados. Novo tiroteio, outra vítima, uma menina de 12 anos. Os tiroteios se sucedem. Outro morto, o pedreiro Nicola Salerno.

V Governo recua,
mas a calma em S. Paulo
é apenas aparente

Diante do impasse nas negociações entre operários e patrões, uma comissão de jornalistas de diversas publicações da capital é formada para mediar o conflito. O resultado dessas negociações foi uma proposta patronal de aumento geral de salários de 20%, respeito ao direito de associação, não dispensa de grevistas. O governo se comprometia a libertar os presos e a reconhecer o direito de reunião. E uma promessa de que "o poder público intercederá... para que sejam estudadas e votadas medidas que defendam os trabalhadores menores de 18 anos e as mulheres no trabalho noturno". Propostas estas aceitas pelo Comitê de Defesa Proletária.

O comitê decide, então, comunicar a proposta em três grandes comícios no Largo da Concórdia, na Lapa e no Ipiranga. Neles é aceita a proposta patronal e decidido a volta ao trabalho, mas sob a condição de se voltar à greve caso os patrões descumprissem o acordo. "Com a volta de alguns milhares de operários para o trabalho, a cidade retomou ontem o aspecto que tinha antes de se iniciar o movimento grevista" — afirma aliviado o jornal o Estado de São Paulo. Mas a calma era apenas aparente. Depois destes dias, São Paulo não seria mais a mesma. A paisagem urbana havia mudado com a entrada em cena de um novo personagem — o proletariado.

**As lições da greve que
mostrou as limitações
da corrente anarquista**

Embora os acontecimentos de Julho de 1917 tenham representado uma das mais belas páginas da luta do proletariado brasileiro, apresen-

tou também as suas limitações. Pouco a pouco todas as conquistas da greve foram sendo retiradas. As perseguições e prisões dos principais líderes grevistas não só continuaram como aumentaram. As promessas da burguesia pouco a pouco transformaram-se em pó. Mas por quê isto ocorria?

Primeiro porque, apesar de combativos, os operários constituíam-se em minoria da população e se encontravam dispersos em pequenas oficinas, existindo assim, uma fragilidade nas organizações dos trabalhadores. Em segundo lugar, esta fragilidade dava lugar a proliferação das idéias anarquistas, típica dos pequenos artesãos. Os anarquistas passam a hegemonizar a direção do movimento. Eles recusam-se a organizar os operários de maneira mais centralizada, negavam a necessidade do proletariado se organizar enquanto partido, único instrumento capaz de travar a luta política contra a burguesia e o seu Estado.

A miopia política os prendia apenas nos marcos da luta estritamente econômica. Questões-chaves, como liberdades democráticas (eleições livres, voto secreto, direito de voto aos estrangeiros residentes no país), reforma agrária ou a luta anti-imperialista, passavam ao largo das reivindicações anarquistas. Num país dependente, composto por uma população de maioria camponesa, dirigido por uma oligarquia, que excluía grande parte da população de participação política, estas seriam questões que poderiam trazer aliados aos operários.

Se por um lado a greve de 1917 representou o ápice da influência anarquista no movimento operário brasileiro, por outro lado, mostrou todas as suas limitações, que em pouco tempo acabariam por eliminar sua influência no movimento. A Revolução Russa de Outubro de 1917 mostraria um outro caminho: o da organização do proletariado enquanto partido e enquanto classe no poder. Mostraria a necessidade da revolução e da construção de um Estado Proletário, algo incompreensível para os anarquistas. A consequência necessária dos embates de 1917 foi, sem dúvida, a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922 — o marco da crise geral do anarquismo no país.

* Dirigente do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas (SP)

Assine a revista "Debate Sindical"

Faça hoje mesmo a sua assinatura da revista Debate Sindical. Ela custa apenas Cr\$ 48.000,00 e você recebe em sua casa ou na sede do seu sindicato uma publicação especializada no estudo das questões sindicais. Uma revista de análise, de polêmica e de intercâmbio de experiência. A assinatura dá direito a você receber quatro edições da Debate Sindical

Nome:
Endereço:.....
Bairro:.....Cidade:.....Estado:.....
Telefone:..... CEP:.....
Sindicato a que pertence:.....Cargo:.....
Data da assinatura:

Preencha os dados e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal (valor de Cr\$ 48.000,00) em nome do Centro de Estudos Sindicais (CES), para a Rua Pirapitingui nº 12, Liberdade, São Paulo - SP, CEP 01508, Fone: (011) 270-7702

Nova sede do CES

O Centro de Estudos Sindicais (CES) acaba de alugar nova sede e telefone. Venha nos visitar e entre em contato conosco. Ela fica na Rua Pirapitingui nº 12, Fone: (011) 270-7702, CEP 01508, Liberdade, (próximo ao metrô São Joaquim) São Paulo - SP.

FILIE-SE AO CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo é o de contribuir para avanço do sindicalismo brasileiro. O CES não tem fins lucrativos. Ele é sustentado através das mensalidades das entidades sindicais filiadas, da taxa de inscrição dos cursos de formação e da venda de seus materiais impressos. Ele também conta com a colaboração voluntária de sindicalistas e estudiosos do tema.

Entre as atividades promovidas pelo CES destacam-se:

- 1 — Edição da revista *Debate Sindical* — uma publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências;
- 2 — Promoção de cursos sobre a história do movimento sindical, organização dos assalariados nos locais de trabalho, concepções e práticas sindicais, etc ;
- 3 — Realização de estudos sobre questões atuais do sindicalismo, tais como estrutura sindical, estatutos, comissões de fábrica, legislação trabalhista, etc;
- 4 — Publicação de cadernos com análises e propostas para o conjunto do movimento sindical.

Entre em contato com o CES. Ajude a manter uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro.